

PONTO

DE VISTA

Vivemos um tempo extraordinário. O grande desafio é descobrir e aceitar ou não as nossas verdadeiras razões, idéias e pensamentos.

Agora é para valer. Entramos em um novo milênio e devemos acordar para a realidade de que seremos julgados pelas civilizações futuras assim como julgamos e não aceitamos alguns procedimentos humanos do passado. Os tempos futuros terão um arsenal de imagens e impressos que servirão de fonte para pesquisas sobre o cotidiano do século XX. A dificuldade que hoje temos em entender as fogueiras da Inquisição será a mesma quando as gerações futuras ficarem frente às nossas estatísticas que revelam a injusta e inexplicável desigualdade social que hoje observamos e que já nos acostumamos. Inexplicável, porque conhecemos inúmeras teorias sócio-econômicas que tentam compreender e nortear o comportamento humano e mesmo assim, o fosso que separa os ricos dos pobres torna-se cada vez maior. Com certeza, não vão entender por que não fizemos quando sabíamos o que fazer.

A *humanidade foi sempre assim* é um paradigma inaceitável nos nossos tempos. A concepção naturalista do mundo, surgida no século VII a.C. com os primeiros filósofos gregos, parece permanecer no senso comum da humanidade. É claro que não desconhecemos os inúmeros movimentos existentes no mundo que lutam por melhores condições de vida. Mas percebemos também que muito mais poderia ser feito se os nossos discursos fossem coerentes com as nossas ações. São muitas as possibilidades para uma real transformação de nossas e de muitas outras vidas e estamos simplesmente deixando a "banda passar, cantando coisas de amor. E cada qual no seu canto e em cada canto uma dor...". Precisamos descobrir e aceitar ou não as nossas verdadeiras razões, idéias e pensamentos.

Esperamos que este seja um desafio aceito por todos aqueles que viverão este novo ano na contagem dos tempos. Viver em dois séculos diferentes é um privilégio para poucos, considerando o número de seres humanos que viveram ou sobreviveram em tão variados tempos. Não podemos reescrever a história. Se prestarmos atenção nos tempos passados veremos que temos todas as condições de escrever uma nova história.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POBREZA NO BRASIL.....p.2

Wilian Jorge Bandeira

DA PERTINÊNCIA DO CURRÍCULO AO MERCADO DE TRABALHO DO ECONOMISTA (Uma crítica)....p.4

Wilian Jorge Bandeira

O QUE ESTÁ ERRADO NA

ECONOMIA BRASILEIRA?....p.7

Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" & Samuel Costa Filho

O COMÉRCIO EXTERIOR E O PROTECIONISMO DE MERCADO....p.9

Francisco Heitor Leão da Rocha

A LÓGICA DO CONFLITO....p.11

Sebastião Carlos

ASPECTOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90....p.13

Samuel da Costa Filho & Ricardo Azevedo Silva

INCENTIVOS FISCAIS E A ORGANIZAÇÃO DE CLUSTERS E CADEIAS PRODUTIVAS....p.19

Almir Bittencourt da Silva

A UNIVERSIDADE E OS SERVIÇOS CONTRATADOS.....p.20

Tiago Cardoso Rosa

RELAÇÕES ENTRE NECESSIDADES E DECISÕES DE CONSUMO....p.21

Laurência Fernanda de O.G.Costa

AGENDA 21 BRASILEIRAp.22

Jaira Maria Alcobaga Gomes

CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFPI: VISÃO DE UM ALUNO.....p.23

James Dean Paz Lima

PROVÃO 2000.....p.24

Jaira Maria Alcobaga Gomes

Desenvolvimento Econômi

WILIAM JORGE BANDEIRA*

A discussão sobre a pobreza no Brasil e as propostas vindas do Congresso Nacional para sua erradicação, tem o mérito de colocar a questão da pobreza no centro do debate sobre o desenvolvimento nacional. Se, por um lado, não se pode negar a alta relevância da questão, de outro, a forma como é colocada e as propostas em discussão, mostram-se bastante polêmicas.

As propostas da "Renda Mínima" e do "Fundo de Erradicação da Pobreza" carecem de maiores discussões e aperfeiçoamentos para evitar que caiam na vala comum das ações meramente assistencialistas e superficiais que agem apenas sobre os efeitos, deixando as verdadeiras causas intactas.

A pobreza, segundo Marx, é inerente aos regimes capitalistas. Em sua análise, ele colocava a questão da contradição do capitalismo em criar riqueza, de um lado, e pobreza, de outro. A contrapartida dessa contradição é a formação de um "exército de desempregados" que formariam o contingente de "excluídos". A causa disso é que a produção capitalista se dá através de intenso movimento de introdução na produção de máquinas e tecnologias cada vez mais eficientes que excluíam trabalhadores do processo produtivo, embora o autor não tenha analisado a transferência de trabalhadores para outros setores, como serviços, comércio e, até mesmo um terceiro setor composto de atividades executadas por organizações não lucrativas, setores que tendem a crescer de modo exponencial.

Paradoxalmente, o maior contingente de pobres se con-

centra em países e/ou regiões que estão longe de conhecer o capitalismo (países da África Subsaariana e Sul da Ásia concentravam, como percentual sobre suas populações, em 1998, mais de 40% de pessoas que viviam com menos de 1 dólar/dia), além dos países de "industrialização retardatária" e que, portanto, ainda não desenvolveram o capitalismo de forma plena e, por isso, ainda são extremamente dependentes de capitais e tecnologia dos países centrais (são exemplos, principalmente, países da América Latina que apresentavam, em 1998, segundo o BIRD, cerca de 15,6% das pessoas em situação de miséria absoluta sobre o total de sua população, abaixo da média mundial que era de 24% no mesmo ano).

No entanto, isso não quer dizer que não existam pobres nos países desenvolvidos e que Marx estivesse errado. A questão é outra. Nos países centrais existem aparelhos institucionais públicos e privados ligados ao governo e a trabalhadores que atuam no sentido de diminuir as distorções do mercado, pois este tem como principal função garantir uma boa alocação dos recursos, punindo a incompetência e premiando a competência, mas, também, possui mecanismos concentradores de renda e de poder que favorecem a criação de desigualdades entre classes e indivíduos.

Nos países em desenvolvimento, esses mecanismos concentradores atuam livremente criando desigualdades e concentrando a riqueza de forma cruel nas mãos de uns poucos privilegiados. Nestes países, por falta (ou por fragilidade) de instituições

que atuem contra as forças impessoais do mercado (a chamada mão invisível), o número de "excluídos" aumenta de forma acelerada quando comparado com os que são aceitos pelo sistema, isto é, o sistema de mobilidade social é um funil muito estreito que só permite a passagem de um percentual muito pequeno da população.

Nestes países os programas sociais representam um percentual pequeno dos gastos públicos, quando comparados aos gastos que beneficiam o capital, mas o mais importante é a ineficiência destes programas, os quais desperdiçam os recursos pela má aplicação, pelo excesso de burocracia, pelo baixo envolvimento dos beneficiários e, muitas vezes, pela corrupção. A falta, ou a insuficiente organização da população pobre, é outro entrave considerável.

No Brasil, não faltam exemplos de ineficiência dos serviços públicos. Apesar da alta carga tributária (cerca de 30% do PIB), os serviços de saúde e de educação são de péssima qualidade e em quantidade insuficiente. As desigualdades são gritantes. O sistema tributário peca pela regressividade, os mais ricos pagam, proporcionalmente, menos impostos que a classe média e os mais pobres. Cerca de metade dos gastos públicos com aposentadoria é apropriada pelos 20% mais ricos.

Quando se isolam os 10% mais ricos da população, a renda que sobra é bastante baixa para distribuir entre os 90% restantes, sem contar as fortes desigualdades existentes entre eles. Por isso, ainda existem no Brasil cerca de 30 milhões de pessoas que vivem com renda abaixo de um salá-

co e Pobreza no Brasil

rio mínimo e outras tantas com renda insuficiente para uma vida digna com suas famílias. Segundo pesquisa recente do economista Marcelo Néri da FGV, divulgada na Revista Veja N° 42 de 18 de outubro de 2000, cerca de 41 milhões de trabalhadores, representando 60% da PEA brasileira, se situavam no setor informal da economia no final dos anos 90. Nos anos 80, esse percentual atingia 40% da PEA. A maior parte dos pobres no Brasil (renda "per capita" abaixo de 76 reais por mês) se encontra entre os "sem carteiras", os quais não têm nenhuma assistência do poder público. 70% dos trabalhadores informais estão em cidades com menos de 200.000 habitantes. 54% deles encontram-se nas zonas rurais, portanto, a pobreza se concentra nos grotões de menor desenvolvimento do país.

Portanto, o grau de pobreza de um País é determinado por uma associação entre renda baixa, insuficiência de desenvolvimento e desigualdades na distribuição da renda e da riqueza, visto como um processo dinâmico de exclusão e de afunilamento no caminho da ascensão social. Por isso, se a pobreza está intimamente associada com a concentração de riqueza e renda, é necessário atuar sobre os mecanismos que produzem as desigualdades e os privilégios, para se obter sucesso no combate a pobreza.

O Governo e o Congresso têm papel importante nesse processo, à medida que precisam acertar uma reforma tributária que, entre outras coisas, venha cobrar impostos dos mais ricos para favorecer aos mais pobres, elevando,

assim, o nível de bem estar social com programas eficientes na área social, reduzindo consideravelmente a distância social entre os indivíduos.

Esse procedimento pode viabilizar o financiamento das propostas de renda mínima e do fundo especial para a erradicação da pobreza no país.

É imprescindível que o Governo venha aumentar **urgentemente** a eficiência econômica na alocação dos recursos (melhoria da qualidade e aumento da quantidade dos serviços) na área social, incluindo educação, saúde, saneamento básico, previdência, reforma agrária e outros.

Deve-se ampliar a responsabilidade política na alocação dos recursos. É necessário que se favoreça a transparência, facilitando a percepção da sociedade quanto aos recursos recolhidos e aos benefícios prestados. Deve-se buscar novas formas de relacionamento com a sociedade civil, visando um efetivo envolvimento dos beneficiários diretos da ação, evitando desperdícios e desvios fraudulentos de recursos.

Uma política de combate à pobreza poderia ser constituir no núcleo central de um **projeto de desenvolvimento econômico para o Brasil**, pois ampliaria o mercado consumidor, possibilitaria às empresas atuarem no mercado interno em grande escala, melhorando a eficiência operacional, criaria novas oportunidades de investimentos para atividades empresariais ligadas às classes populares, facilitaria a organização popular e o sentimento de cidadania, aperfeiçoando a democracia, pois caminharíamos para uma sociedade bem mais justa, onde à

distância de qualidade de vida (bem estar social) entre classes e indivíduos seria radicalmente diminuída.

Os instrumentos prioritários visando atacar diretamente a pobreza no Brasil seriam os seguintes:

1. mecanismos, econômicos e políticos, capazes de reverter processos em curso de concentração de renda e riqueza. As reformas tributária, agrária e política se constituem em instrumentos importantes de reversão desses processos no Brasil;
 2. investimentos maciços em educação e treinamento de mão-de-obra, em quantidade e qualidade;
 3. investimentos maciços em qualidade de vida, incluindo programas de saúde, saneamento, previdência, seguro desemprego e outros;
 4. programas na áreas de ciência e tecnologia, visando diminuir a dependência tecnológica externa;
 5. combate implacável a corrupção, prática que representa grande vazamento de recursos públicos. A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal pode ajudar muito;
 6. criação de formas de financiamento para pequenas iniciativas empresariais, utilizando experiências que deram certo em outros países.
- As soluções técnicas existem, o que falta é **viabilidade política**, uma vez que as forças retrógradas ainda predominam, frustrando a implementação de um projeto verdadeiramente moderno para o país ●

*WILLIAM JORGE BANDEIRA é professor de Economia DECON/UFPI. Doutor em Economia pela Unicamp.

Da pertinência do currículo ao mercado de trabalho do economista (Uma Crítica)

WILLIAM JORGE BANDEIRA*

Os professores Samuel da Costa Filho e Luiz Carlos Puskas em um interessante artigo neste informativo ("A dita economia Moderna". Nº 10. Julho de 2000) fazem uma análise do currículo do curso de economia, na qual se defende o caráter pluralista do curso e a ênfase nos autores clássicos como Marx, Keynes, Kalecki, Schumpeter, Ricardo e outros.

Deixando claro desde já que concordamos, no atacado, com as idéias dos referidos professores, pretendemos fazer algumas observações críticas a partes do texto, sobretudo observações sobre método, pertinência das teorias econômicas como instrumento de trabalho do economista, a inserção no mercado de trabalho, além do tratamento dispensado pelos autores ao conceito de globalização (incluindo o artigo do Professor Samuel Costa, intitulado de "Globalização Financeira e Capitalismo Selvagem").

Nunca é demais enfatizar a necessidade de uma boa formação teórica para o economista, pois a **teoria econômica** se constitui no principal instrumento de trabalho do economista. A estatística, a econometria, a matemática, os conhecimentos das ciências de administração, contabilidade, sociologia, política, etc; são instrumentos importantes, mas coadjuvantes ou auxiliares na aplicação das teorias econômicas. Ademais, o economista não deve esquecer nunca que a Economia é uma "ciência social" e como tal suas categorias são fruto de relações sociais.

Por ser uma "ciência social" não se pode esperar que seu corpo teórico seja homogêneo e desprovido de conotações ideológicas diferenciadas. Tem-se pelo menos três correntes ideológicas. Em primeiro lugar, aparece a **corrente à esquerda**, liderada por Marx que nos legou um poderoso instrumental teórico-metodológico de análise da sociedade capitalista. Tal instrumental está baseado na busca de categorias e/ou conceitos que procuram apreender a "totalidade concreta". Seu método

consiste da "apreensão do concreto por meio do pensamento", onde se parte das categorias mais simples até alcançar o "concreto pensado" como "síntese de múltiplas determinações" e por isso só apreensível dessa forma, embora dê a impressão que os conceitos apreendidos sejam resultado do pensamento.

O corpo teórico de Marx tem caráter dinâmico e suas categorias são históricas. Por isso, não sendo estáticas, elas mudam de significado à medida que o objeto sofre mudanças. O próprio Marx nos mostrou exemplos importantes, tais como o caso da passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, passagem essa resultante de mudanças no processo de trabalho. Outro exemplo foi a evolução do conceito de trabalho que nos fisiocratas tinha conotação particular (trabalho agrícola) e para Smith tinha caráter geral (trabalho em geral). Marx destaca "o enorme progresso (...) que rejeitou toda determinação particular da atividade criadora de riqueza, considerando apenas o trabalho puro e simples". Com isso, a categoria trabalho em geral assume um caráter moderno e indiferenciado, possibilitado pelo evolução do ser social.

A **corrente de centro**, muito próxima a social-democracia, é a representada por Keynes. Economista que se preocupava com o crescimento econômico no curto-prazo (período conjuntural). Ao contrário de Marx que estudou o capitalismo em seus fundamentos, buscando suas contradições mais essenciais, Keynes se contentou em estudar o espaço da dinâmica competitiva, sobretudo o estudo dos determinantes da **renda nacional e do emprego**. Seu método se vale da psicologia social na formação de "comportamento convencional", no qual as decisões capitalistas sobre investimentos em capital físico, em títulos financeiros, em consumo e outras decisões que envolvem tempo e risco, dependem

do **estado de espírito do investidor** (disposição de correr riscos) e do **clima geral** em relação aos negócios, o qual inspira maior ou menor confiança no futuro ou ainda, determina maior ou menor incerteza nas previsões realizadas, as quais são determinantes na tomada de decisões dos homens de negócios.

Conceitos como "preferência pela liquidez", "propensão a consumir" e "eficácia marginal do capital", que formam a parte central da Teoria Geral de Keynes, são calculados a partir da lógica dos negócios e de expectativas baseadas em previsões (alimentadas por informações sobre desempenhos de negócios variados) coletivas sobre o futuro (consciente coletivo), portanto, os mesmos não guardam quaisquer vestígios de historicidade semelhantes aos conceitos marxistas. Porém, não se pode dizer que a construção teórica de Keynes seja estática, ao contrário, se não se utiliza o "tempo histórico" como em Marx, em Keynes o tempo aparece em duas dimensões: o tempo das expectativas e o tempo conjuntural.

A **corrente à direita** (conservadora) é representada pelos economistas neoclássicos (novos clássicos, monetaristas). O método dos neoclássicos se baseia no comportamento individual do agente econômico, extrai conceitos a partir de comportamento individual que pretendem ser válidos para toda a economia. Os conceitos são, geralmente, a-históricos e estáticos. Quase que invariavelmente, devido ao caráter **positivista** do método (não admite interferências de valores na formulação de conceitos e considera o método das ciências sociais o mesmo das ciências exatas), utiliza muito o recurso da matemática e isso facilita a utilização de hipóteses irrealistas como a "Lei de Say" e a estrutura de mercados em "concorrência perfeita", tornando os modelos quase sempre irrealis e/ou muito afastados do objeto que pretendem estudar.

Quando os neoclássicos pretendem dar alguma dinâmica aos seus modelos, utilizam o recurso das "expectativas racionais" e/ou "expectativas adaptativas", as quais preconizam um certo comportamento lógico (agir de acordo com uma lógica preestabelecida) dos agentes, quando há desvios procedem-se correções esperando que o agente se corrija no próximo período. Tudo isso, para possibilitar o emprego da matemática e dar uma aparência "científica" aos modelos.

Como as correntes expostas acima, tanto conceitual quanto metodológica, são **irreconciliáveis entre si**, a pluralidade do currículo é imprescindível, sob pena de prejuízo irrecuperável para os estudantes de economia na sua formação crítica e profissional. Portanto, não se trata de defender ou não o pluralismo, mas sim questionar e/ou lutar pela correta aplicação de um currículo pluralista.

Os autores defendem o pluralismo do currículo, mas silenciam sobre os problemas de sua aplicação. Ao invés disso, preferem colocar questões mais abstratas como uma possível "desatualização teórica" e a influência (maléfica) de Reagan e Thatcher no estudo de economia pela via do liberalismo, além de uma suposta influência negativa de um certo "capitalismo rentista e parasitário", termo de natureza ideológico, sem nenhuma utilidade analítica, usado desde início do século por segmentos da esquerda. A influência liberal em épocas de grandes transformações é normal e, isso, não tem nada de pavoroso quando as reformas liberais são necessárias no processo de "destruição criativa" que estamos vivendo, decorrente da revolução tecnológica (e industrial) em curso.

Os articulistas valorizam bastante um resultado **B** do curso de economia da UFPI no provão de 1999. No entanto, não há nenhuma garantia de que tal resultado não tenha sido obra do acaso, pois somente um curso bem planejado com acompanhamento permanente e avaliação sistemática, procedimentos que possibilitam correções de desvios de rota e aperfeiçoamento contínuo, podem dar certa garantia de qualidade.

Neste processo, é importante questionar como estão sendo ministradas as disciplinas teóricas? E se as mesmas são praticadas em disciplinas apropriadas? Existem

continuidade e integração entre as disciplinas? Os alunos têm plena consciência dos pré-requisitos? Estas são questões de mais alta relevância na execução do currículo que é importante sua discussão de forma bem aprofundada. Economia se aprende nos bons livros de economia, não em jornais ou quaisquer outros veículos estranhos ao saber econômico. A teoria só é diferente da prática para a má teoria. Mas, a teoria econômica é instrumento de análise que deve ser utilizada com **imaginação** (aqui reside uma das causas do diferencial entre os bons e os maus economistas), pois a teoria não explica a prática mecanicamente, é necessário, no mínimo, uma interação com a práxis, interação essa que precisa ser mediada pela pesquisa de campo e, em algumas vezes, pela análise econométrica.

Outra questão importante que foi negligenciada por nossos articulistas é o ingresso no mercado de trabalho. As dificuldades de ingresso são atribuídas a crise econômica, a estreiteza do mercado e a reformulação do Estado.

É inegável que as maiores chances de emprego para economistas no Piauí se situam no âmbito da iniciativa privada (área empresarial), mas tem-se duas questões a resolver:

1. Descobrir as reais necessidades de qualificação do economista requeridas pelos empresários e,

2. Adequar os profissionais a estas necessidades. Paralelo a isso, precisa ser realizado um trabalho de divulgação das qualificações dos economistas formados na UFPI e procurar maior integração empresa-escola, inclusive através de programas de estágios e outras formas.

Outra questão relevante num curso universitário, diz respeito a integração de seu corpo docente com os alunos e o debate de idéias entre os professores.

O debate de idéias, sobretudo, eleva o nível das discussões e ajuda a esclarecer as posições dos professores sobre diversos temas (desfazendo possíveis confusões). Por isso, resolvemos fazer um comentário crítico sobre o artigo do professor Samuel Costa Filho, intitulado "Globalização financeira e capitalismo selvagem", publicado no Informativo N° 10. Junho/2000.

No referido artigo, o autor parece que tem a intenção de analisar a

relação entre o processo de globalização financeira e o chamado "capitalismo selvagem", o primeiro sendo uma categoria bem recente, enquanto que o segundo se constitui numa categoria antiga (puramente ideológica ou não-científica), que servia (apenas) para as esquerdas dos anos 50/60 nomear o capitalismo vigente na periferia do sistema.

O artigo começa descrevendo o conceito de globalização financeira, colocando corretamente, ao nosso ver, a questão do aumento de participação de investidores institucionais como fundos mútuos, fundos de pensões, companhias seguradoras e outros. Fala, também, da diversificação de produtos e serviços financeiros novos no âmbito de mercados internacionalizados.

Coloca, sucintamente, algumas vantagens e desvantagens do processo, tais como maior facilidade de financiamento de atividades produtivas, maior instabilidade para as economias mais frágeis, perigo de "risco sistêmico" no sistema bancário e perda de autonomia da política monetária nacional. O conceito foi descrito sem ser aplicado (parte isolada do texto), pois nesse ponto a análise é interrompida. O autor silencia sobre quaisquer relações do mercado financeiro globalizado com o resto das idéias desenvolvidas ao longo do artigo.

Assim, sem nenhuma mediação a análise é reiniciada com outro tema. Enfatiza a importância do mercado interno na determinação da produção e emprego dos países desenvolvidos e lembra que esses países adotam a intervenção deliberada na economia, ao contrário do Brasil que, segundo o autor, prefere seguir "moldando a economia, o Estado e a sociedade na linha liberalizante iniciada pelo governo Collor". Fala, portanto, num misterioso "**projeto nacional**" de diminuição do papel do Estado na economia.

Nesse momento, a análise torna-se bastante confusa. O nosso autor faz uma salada que inclui a imprensa (falsa propaganda), as elites e a classe média (estas "deslumbradas pelo consumo de bens importados"), além da cultura americana e a própria política de estabilização, como vilões "conspirando" a favor do "neoliberalismo" e contra o Brasil e o Nordeste. Para compli-

plicar ainda mais a análise, o autor fala de décadas (cinco) e estilos de vida, deixando em aberto a periodização a ser aceita e o tipo de análise em pauta. Enfatiza a existência de um novo modelo de desenvolvimento de cunho liberal, sem esclarecer as características básicas do mesmo. Diz apenas que tal modelo veio piorar as “escandalosas e gigantescas diferenças sociais existentes no nosso país”. Para provar que o “neoliberalismo” e a “globalização” são prejudiciais às nações pobres, o autor utiliza, de modo “descuidado”, dados do Banco Mundial (BIRD) sobre a miséria no mundo na última década.

O nosso autor mostra o aumento absoluto de miseráveis a partir de 1987, destacando a América Latina, como um dos continentes de maior crescimento da miséria, no entanto, os mesmos números (da mesma fonte), analisados com mais cuidado, mostram-se favoráveis ao processo de globalização. A miséria diminuiu no mundo de 28,3% em 1987 para 24,0% em 1998 (percentual de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia). A América Latina ficou na mesma situação. A Europa foi onde mais cresceu a miséria, justamente quando começaram a ser contados os miseráveis dos países “socialistas” falidos. Os países que mostram indicadores mais positivos são do Leste da Ásia e Pacífico, onde se concentram os “tigres asiáticos”, nestes países o percentual de pessoas em situação de miséria passou de 26,6% em 1987 para a 15,3% em 1998.

Ao contrário do que afirma nosso articulista, pesquisa da **Fundação Heritage** (divulgada na mesma matéria da Revista Veja), dos Estados Unidos, “mostra que os países mais pobres do mundo são justamente aqueles que se excluíram do processo de globalização”. O

próprio articulista mostra dados favoráveis à globalização. A Unctad constatou que nessa década “os países emergentes que liberalizaram o seu comércio tiveram um crescimento menor (1,8%) do que os países desenvolvidos (2,2%), aumentando a distância entre nações ricas e as nações pobres”. Logo, os países emergentes que se integraram ao processo de globalização melhoraram suas economias.

É inevitável que os países desenvolvidos tenham melhores resultados do que os países em desenvolvimento quando se inserem na globalização, pois esta última não vai reverter processos seculares de concentração de renda e riquezas, nem tampouco corrigir decisões (históricas) equivocadas tomadas pelas suas elites em algum momento histórico, como a decisão de renunciar a busca de autonomia tecnológica, por exemplo, ou ainda, aceitar uma burguesia cujas lideranças mais expressivas são estrangeiras, resultante do domínio pelo capital estrangeiro dos setores mais dinâmicos da economia nacional. No entanto, como foi demonstrada, a inserção na globalização diminui o ritmo de crescimento do número de pessoas em situação de miséria absoluta no mundo e nos países mais integrados.

O Professor insiste, em outro trecho do artigo, em falar de um **modelo liberal** que vem aniquilando a indústria nacional, elevando o desemprego, piorando as condições sociais. Afirma ainda que a política de atração de capitais externos não ampliou a capacidade produtiva da economia por que se “concentrou em privatizações, fusões e aquisições”. Esta última afirmativa pode ser contestada facilmente olhando-se somente para o setor

de telecomunicações, o qual aumentou fortemente o número de telefones em uso, além de mudar o regime da estrutura do mercado de um monopólio estatal para uma estrutura oligopolista com pelo menos três competidores no mercado, sem falar nas grandes mudanças ocorridas nos setores onde se realizaram aquisições e fusões por grupos estrangeiros. No entanto, o autor continua sem esclarecer que modelo é esse, pois as reformas de cunho liberal mais bem sucedidas no Brasil (privatização e tarifas externas) ainda estão incompletas. Reformas cruciais como previdência, tributária, estado, trabalhista, portos ainda nem saíram do papel.

Por isso, temos convicção de que o problema do Brasil é justamente o contrário do apregoado pelo nosso articulista, isto é, o problema real do Brasil é a **ausência de um projeto nacional de desenvolvimento e a falta das reformas necessárias para que se viabilize o dito projeto** de acordo com o novo padrão de desenvolvimento que se afirma e tendo em conta interesses nacionais.

No entanto, o modelo de desenvolvimento que preconizamos para o Brasil está longe de ser de natureza “**nacionalista exacerbado**” no sentido de se isolar do processo de globalização como propõe o professor Samuel Filho, que acredita que o país perde sua autonomia e soberania nacionais se inserindo na globalização. O isolamento seria um retrocesso terrível e, aí sim, extremamente danoso para o povo brasileiro (em artigo futuro, discutiremos essa questão para o Brasil).

Por fim, só nos resta torcer para que o professor Samuel Filho não venha engrossar as fileiras do movimento dos “**militantes antiglobalização**”, conhecidos como “**os rebeldes sem causa**”●

Evolução (%) percentual do Número de pessoas que vivem com até 1 dólar por dia, por continentes / 1987-1990

Continentes	87	90	93	96	98
1. Leste da Ásia e Pacífico	26,6	27,6	25,2	14,9	15,3
2. Europa e Ásia Central	0,2	1,6	4,0	5,1	5,1
3. América Latina e Caribe	15,3	16,8	15,3	15,6	15,6
4. Oriente Médio e Norte da Afr.	4,3	2,4	1,9	1,8	1,9
5. Sul da Ásia	44,9	44,0	42,4	42,3	40,0
6. África Subsaariana	46,6	47,7	49,7	48,5	46,3
Total Mundial	28,3	29,0	28,1	24,5	24,0

Fonte: Banco Mundial. Retirado da Revista **Veja**. Edição de Nº 40. 4 de Outubro de 2000. P.193

O QUE ESTÁ ERRADO NA ECONOMIA BRASILEIRA?

LUIZ CARLOS RODRIGUES CRUZ "PUSCAS"* & SAMUEL COSTA FILHO**

"A racionalidade econômica ostentada por certos economistas e a parafernália que eles manejam costumam transcender à compreensão dos simples mortais e se impõem como imperativo a toda a sociedade. Alguns economistas assumem descaradamente o papel de testa-de-ferro das elites, quando eles próprios não acabam se transformando em granduques das finanças. Entretanto, nem todos se deixam seduzir pelos encantos do poder e da fortuna. Muitos insistem em se manter críticos, teimam em cultivar princípios éticos e a olhar além do seu próprio bolso."

(Guido Mantega, 1999:10).

O Brasil, que a partir dos anos 30 instalou as bases de uma economia urbano-industrial, chegou ao final dos anos 70 com a economia comandada pelo setor industrial. As idéias da Cepal influenciaram diretamente ou indiretamente nesse comportamento. O Estado desenvolvimentista foi o grande responsável pelo desempenho favorável da economia. No curto espaço de tempo - 1930/1980 - o Brasil passou de um país primário-exportador dependente de um só produto (café), para constituição de uma economia que chegou a ser a oitava do planeta.

Durante os anos do milagre brasileiro, 1967/1973, o crescimento médio do PIB atingiu a taxa de 11,2%, enquanto no período de 1974/1979 a média foi de 7%. A crise que assolou a economia brasileira a partir dos anos 80 e suas conseqüências para o Estado, relegou ao segundo plano as políticas de longo prazo. O desenvolvimento econômico deixou de ser prioridade, passando as autoridades econômicas a direcionar a política e dinâmica da economia nacional para o pagamento da dívida externa. Essa medida agravou a situação financeira do Estado, elevando o déficit público e provocando a aceleração do processo inflacionário. Por isso, a política econômica da segunda metade dos anos 80 e durante a década dos 90 objetivou somente combater a inflação.

O novo cenário internacional dos anos 90 - Globalização, Reestruturação Produtiva, Supremacia Liberal - impregnou a sociedade brasileira e provocou uma inserção subordinada da nossa economia ao contexto internacional. Nos últimos anos assistimos a uma política de privatização (altamente questionável), desregulamentação da economia (limitada ao mercado de trabalho) e

abertura comercial (que agravou a instabilidade da nossa economia). A preocupação dos anos 90 foi exclusivamente a estabilização dos preços. O desenvolvimento nacional ficou subordinado apenas as leis de mercado e/ou a pequenas ações dos governos estaduais e municipais tipo "Guerra Fiscal".

A política econômica de hoje em dia se volta prioritariamente para o gerenciamento dos fundamentais. Esses fundamentais são:

"1) uma taxa de inflação baixa (equivalente à de seus parceiros comerciais) e previsível; 2) uma taxa de juros real adequada; 3) uma política fiscal estável e sustentável, com um sistema tributário que não produz distorções; 4) uma taxa de câmbio real competitiva e previsível e 5) uma balança de conta corrente viável". (Delfin Neto, 1997)

Quando se estuda a evolução da economia brasileira nos últimos 50 anos percebemos que a formação e consolidação da industrialização não somente criou, mas sobretudo agravou as dificuldades da formação social brasileira herdada do passado. O nosso desenvolvimento foi prioritariamente elitista e concentrador, relegando os gastos sociais, a reforma agrária e tudo que diz respeito à melhoria do bem-estar da maioria da população para o segundo plano. Não foi sem fundamento e frente a um crescimento acelerado, que durante a ditadura militar o então presidente da república declarou perplexo à nação: "O Brasil vai bem, mas o povo vai mal".

Ao longo desses anos, os gestores da nossa política econômica sempre estiveram preocupados com indicadores econômicos tais como taxa de crescimento, dívida externa, taxa de juros, taxa de inflação, taxa de câmbio, etc. Hoje em dia, a preocupação é o combate a inflação, liberalização, desregulamentação da

economia e reforma do Estado, seguindo as normas e determinações do mercado financeiro nacional e internacional e em obediência as políticas ortodoxas do FMI. Na inserção no processo de globalização, não procuramos manter o mínimo de autonomia e liberdade no direcionamento do nosso desenvolvimento. A retórica dos países desenvolvidos ganhou grande força e espaço no Brasil, a tal ponto, que a imprensa bombardeou a população com um discurso ideológico da abertura comercial, privatização e redução do papel do Estado, como única solução para as nossas mazelas econômicas e sociais. Dessa forma, presenciamos um fundamentalismo liberal, ou seja, uma crença quase religiosa na abertura econômica e na inevitabilidade do mercado, como única forma de alcançar o paraíso econômico. O atual predomínio da ideologia do mercado chega a ser assustador para as pessoas que ainda dispõem de algum senso crítico (Pennaforte, 1998).

A atual fase do capitalismo segue uma lógica do dinheiro fácil, ganho através do mercado financeiro. O capital que, anteriormente, gerava empregos na construção, implantação e/ou expansão das empresas parece estar sendo utilizado basicamente na esfera improdutiva. Desse modo, estamos agravando um sistema que visa somente obter lucro. E o que é pior, não mais o lucro empresarial produtivo, mas o lucro financeiro.

Constituímos uma sociedade que não está interessada em saber que muito dos produtos colocados no mercado são nocivos ao meio ambiente, prejudicial à saúde individual e até inúteis. Esses produtos embora inúteis são resultados sobretudo da "propaganda" e "marketing", que procuram

estimular seu consumo com publicidade e propaganda enganosa.

Nossa sociedade apresenta, hoje, um quadro de queda da produção nacional, uma quantidade elevada de trabalhadores perdendo seus empregos, elevação dos índices de crimes, de pobreza, com as pessoas sendo totalmente abandonadas. Não é sem razão que cresce o número de pessoas que vivem nas ruas, famintas, mal vestidas e sem moradia decente. E não nos esqueçamos do crescimento da desnutrição, das doenças físicas e mentais.

Aliado a todo esses fatos, encontramos ainda o aumento dos rompimentos familiares e divórcios, assaltos, gangues, tráfico de drogas, etc. nas escolas, bairros e subúrbios da periferia completando um quadro que configura em uma verdadeira guerra civil. Todavia, como afirmam Canuto & Mathieu (1999), "no noticiário econômico brasileiro, a miséria, a pobreza e a distribuição de rendas são assuntos visitados apenas de vez em quando, desaparecendo sem vestígio na maior parte do tempo".

Por outro lado, presenciamos um consumismo excessivo, esbanjamento e ostentação dos novos ricos e abastados, numa verdadeira afronta a questão da justiça social. O problema da distribuição de renda, vital não somente para a questão da economia mas também no que diz respeito à solidariedade social chegou a níveis tão elevados que os principais organismos internacionais têm feito críticas abertas ao Brasil.

Todavia, lá fora, ao contrário, muita gente trata a pobreza e a distribuição de renda como questões economicamente sérias e não apenas enquanto problemas de ordem ética, moral, humanitária (Canuto & Mathieu, 1999). Como no período da libertação dos escravos em que foi necessárias a intervenção e pressão direta da principal potência estrangeira (Inglaterra), estamos esperando por que e por quem para viabilizar melhorias sociais? A atuação do novo império?

Nosso Capitalismo Tardio foi constituído somente na busca do conforto material, num padrão imitativo do consumo conspícuo das elites do mundo desenvolvido. Criamos uma sociedade em que impera um individualismo exacerbado, sem vínculos e amarras sociais. Os vários Brasis regionais e sociais somente não nos chocam quando são impedidas de mostrar suas ver-

dadeiras faces para nação. Fazemos hipocritamente de conta que não existem estas questões sociais e regionais. O problema da fome, miséria material e moral das massas são coisas da África e demais nações subdesenvolvidas, não passando pelo Brasil.

Vivemos atualmente numa sociedade individualista, consumista e competitiva em que adquirir determinados bens passou a significar, antes de tudo, uma diferenciação e realização pessoal. Os "emergentes" e os "novos ricos" apresentam um padrão de consumo de artigos de luxo (automóveis, residências luxuosas, avião, iates, etc.) de maneira a deixar explícita sua diferenciação social. Na televisão, programas de duvidosa qualidade, cantores e artistas com baixo padrão de educação, possuem elevada cotação social e passam a difundir valores de ética moral claramente duvidosos.

*"Criamos
uma
sociedade em
que impera
um
individualismo
exacerbado,
sem vínculos
e amarras
sociais".*

Os costumes e a moral desse nosso capitalismo é tal que "o mercado" é onde os mais espertos ganham dos menos espertos. Porém, essa visão economicista e liberal predominate não pode ser mais importante que as questões sociais que nos afligem. Em nome da globalização, do progresso tecnológico e científico, das maravilhas da engenhosidade contemporâneas não podemos esperar e/ou ficar aguardando a realização de promessas de um futuro melhor que nunca chega.

Como já salientava há muito tempo Michal Kalecki, o mero crescimento não resolve o problema da pobreza e da desigualdade. Urge a necessidade de aplicação de instrumentos e de políticas específicas diferentes das apregoadas pela ortodoxia. As propostas do

modelo liberal para o combate das questões sociais via desenvolvimento são insuficientes (principalmente no Brasil). Ocorre que essas reformas necessárias sofrem patrulhamento das elites e "a superação de todos os obstáculos... significa mais do que a revolta criada no século XVIII pela Revolução Francesa". (Kalecki, 1977:139)

O exemplo dos países nórdicos, Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia, de reduzida concentração de riqueza deveriam nos servir como exemplo. Como afirma o prof. Otaviano Canuto (2000): "Particularmente desde que se iniciou a era do aço e da eletricidade e, com intensidade ainda maior, na era da produção industrial em massa do século XX, a distribuição de riqueza e de renda dos países nórdicos evidenciou-se fundamental. A inclusão social, o retorno econômico associado ao esforço educacional pessoal, bem como a ausência de rendas garantidas para velhas elites, foram favoráveis à ascensão tecnológica e produtiva naqueles países. Não simplesmente pelo lado de escalas dos mercados domésticos mas, conforme mostram muitos estudos recentes, por um chamado processo de aprendizado tecnológico coletivo, incremental e progressivo, o qual supôs uma combinação de educação formal dos trabalhadores e pequenas distâncias na hierarquia social".

A estratégia de "desenvolvimento liberal", nos Estados Unidos de Ronald Reagan e no Reino Unido de Margaret Thatcher, concentrou a renda. No Brasil dos anos 90, além de agravar todas as questões sociais, aprofundou o desequilíbrio estrutural do setor externo. O Brasil precisa crescer 6% ao ano, nos próximos 15 anos, se quiser diminuir pela metade o número de indigentes no país (segundo o economista-chefe para o Brasil do Banco Mundial, Joachim von Amsberg). Ocorre que hoje, a economia brasileira encontra-se presa na linha de política econômica "stop and go" em decorrência desse desequilíbrio externo. Como afirmou ao Jornal Folha de São Paulo (10/10/00:A6) o economista Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central, o país não pode crescer mais do 4% ao ano. Acima disso as importações aumentariam tanto que o país não poderia pagar compromissos externos.

Assim, crescer a uma taxa média de 6% ao ano é uma meta ambiciosa. Nos últimos vinte anos, a taxa média

“Devemos urgentemente seguir uma linha de solidariedade, que se oponha ao individualismo e a competição exacerbada, e começar a pensar, tratar e cuidar dos grandes problemas sociais que atualmente afligem a sociedade brasileira”.

de expansão da economia foi de apenas 2,3%. No período 1980/1989, chamado de “Década Perdida”, o Brasil cresceu a uma taxa média anual de 2,7%. No período 1990 a 1999, com a implementação das políticas liberais, a taxa média anual foi ainda pior. Fechamos a década com queda absoluta do PIB em relação a anterior. Agravamos o problema do desemprego, da violência, da marginalidade e da concentração de renda, dentre outros.

Desse modo, esperar pelo desenvolvimento brasileiro para fazermos reformas sociais e estruturais profunda é acenar com blefe e utopia para os milhões de miseráveis e/ou despossuídos. Devemos urgentemente seguir uma linha de solidariedade, que se oponha ao individualismo e a competição exacerbada, e começar a pensar, tratar e cuidar dos grandes problemas sociais que atualmente afligem a sociedade brasileira.

Afinal, depois de alinharmos a dura realidade social no Brasil e, por outro lado, a preocupação economicista, do individualismo, do elitismo e consumismo propagado pelas autoridades econômicas de plantão e ideologicamente absorvidas por parcelas da nossa sociedade, surge a pergunta: o que está mesmo errado na economia brasileira? ●

* LUIZ CARLOS RODRIGUES CRUZ “PUSCAS” é professor de Economia DECON/UFPI. Especialista em Economia Rural.

** SAMUEL COSTA FILHO é professor de Economia DECON/UFPI. Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP

O Comércio Exterior e o Protecionismo de Mercado

FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA*

1. INTRODUÇÃO

A comunidade de nações vive a expectativa do incremento da economia internacional cada vez mais globalizada, mercê do reconhecimento da predominância dos princípios da interdependência e complementaridade nas relações econômicas internacionais.

O capital atinge altos níveis de internacionalização, conduzindo e modificando conceitos e preceitos do Direito Internacional. Por conseguinte, os interesses e as conveniências entre os países pulverizaram o nacionalismo exacerbado, os interesses individuais, as conveniências isoladas, marginalizando definitivamente a auto-suficiência, nas relações internacionais.

Em assim sendo, diante deste cenário internacional, a previsibilidade será a de um comércio internacional livre, sem barreiras alfandegárias, sem a introdução de políticas comerciais protecionistas que impeçam a livre circulação de mercadorias e serviços.

Entretanto, tal fato não ocorre sistematicamente na Economia Internacional, que continua tão fechada quanto no período da chamada Guerra Fria, decorrente do pós - Segunda Guerra Mundial, com o surgimento das superpotências nas Relações Internacionais.

2. A POLÍTICA COMERCIAL

A política que rege as relações econômicas e comerciais entre as nações é a comercial. Pode-se afirmar que a existência de 200 (duzentas) nações soberanas e independentes, nas relações internacionais, possibilita o aparecimento de igual número de Políticas Comerciais, gerando imensas dificuldades à livre-circulação de mercadorias e serviços.

É correto afirmar que o Comércio Exterior não é livre. Que as Políticas Comerciais representam os interesses e as conveniências das nações. Que o equacionamento

de Políticas Comerciais regionais representa o grande desafio dos processos de integração econômica atualmente em andamento. Que mesmo a Comunidade Econômica Européia, rica e industrializada, geradora de produtos de alta tecnologia, portanto, extremamente competitivos no Comércio Exterior, não prescinde das Políticas Comerciais para proteger o mercado regional, mesmo prejudicando nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento, que necessitam exportar produtos primários ou in natura, para financiar a formação de poupanças nacionais. Que os Estados Unidos da América, individualmente a nação mais rica e industrializada do planeta, com o Produto Interno Bruto de 1999 superior a 06 (seis) trilhões de dólares, não marginaliza a política comercial nas trocas internacionais. São notórios os desentendimentos, por exemplo, entre os EUA e o Brasil quanto à entrada de produtos como o aço, o calçado e o suco de laranja no mercado americano. São notórias as tarifas cobradas pelo setor aduaneiro americano em face do ingresso de produtos brasileiros, tendo em vista a correção de preços - Preço Real e Preço de Mercado.

Assim, é plausível afirmar que os empecilhos ao crescimento e desenvolvimento do Comércio Internacional é uma resultante do extraordinário crescimento das trocas internacionais, consequência dos efeitos benéficos da Revolução Industrial nos meios de produção. A produção deixou de ser pautada apenas nas necessidades da economia doméstica, e passou a ser determinada pelos interesses e conveniências de sociedades externas.

Com o crescimento do Comércio Exterior cresceu também, na mesma proporção, as ambições, os interesses, as vontades e as rivalidades entre as nações, em razão da aplicação da geometria na acumulação de Capital, e

conseqüente geração de riquezas. E os empecilhos também surgiram na mesma proporção, como se fosse o assentamento de política inversa à da expansão.

3. O SÉCULO DO PROTECIONISMO

O século XX, no Comércio Exterior, é o do Protecionismo. O sumo da contradição também pode ser encontrado neste Século que está sendo concluído. Nunca o Comércio Exterior cresceu tanto quanto neste século, fazendo surgir de forma transparente os Países Ricos e Industrializados, os Países em Desenvolvimento e os Países Subdesenvolvidos, responsáveis pelos graves e preocupantes problemas sociais vigentes na Comunidade de Nações. Pensadores econômicos contemporâneos e cientistas sociais têm alertado os dirigentes mundiais, notadamente a partir de 1945, que o mais acentuado problema da Economia Internacional não é o protecionismo de mercado, e sim as desigualdades sociais internas e externas no contexto das sociedades e dos países. Seguindo esta linha de raciocínio, chega-se à conclusão que os problemas sociais e econômicos de um país, agrupamento de países e regiões, não são restritos aos atores diretamente envolvidos, e sim, em consonância com a economia internacional globalizada, a todos os atores ativos da Comunidade de Nações, pois as conseqüências da marginalização dos problemas serão diluídos na comunidade internacional. Os fluxos migratórios tão intensos na segunda metade do século XIX e seletivos após o encerramento da Primeira Guerra Mundial em 1918, voltaram a ser intensos a partir da década de 1970, como conseqüência das duas primeiras crises mundiais do petróleo - a de 1973 e de 1979.

Atos de discriminação e fechamento de mercados estão a ocorrer paulatinamente, como reação à tentativa de livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços, na busca de poder aquisitivo, de renda, de poder de compra e capacidade de consumo. É a luta pela sobrevivência. Recente relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação, FAO, afirma que nada menos de 800 (oitocentos) milhões de pessoas, distribuídas em todos os continentes, passam fome.

Vivem na mais absoluta miséria, sem qualquer poder de compra e capacidade de consumo. São quase um bilhão de pessoas num universo de poucos mais de seis bilhões. É uma informação extremamente preocupante, e que desnuda as graves desigualdades sociais, resultantes da acumulação concentrada de riquezas entre os países.

Cotas, Tarifas, Cotas/Tarifas, Reserva de Mercado, Subsídios, Controles Monetários e Monopólio Estatal, são mecanismos clássicos de Política Comercial encontrados em todos os países do Planeta. São mecanismos que impedem o Comércio Exterior fluir de acordo com as leis Básicas da Economia, no atendimento do desejo e vontade do consumidor e nas proporções deliberativas dos produtos, através dos planejamentos estratégicos. Por exemplo, até 1992, o Brasil, era considerado um dos países emergentes no Comércio Exterior mais fechados, pois praticava de forma abusiva o subsídio e a reserva de mercado. Nos últimos oito anos esta situação melhorou, possibilitando um tímido mas perceptível bem-estar social.

Imperialismo; Primeira Guerra Mundial; Surgimento do Estado Socialista; Crise Econômica de 1929; Nacional - Socialismo; Segunda Guerra Mundial; Bipolaridade de Poder; Guerras Periféricas; Crise Econômica de 1973; Crise Econômica de 1979; Estagnação Econômica (década de 1998), são problemas econômicos e políticos notáveis ocorridos ao longo do século XX, e que causaram enormes dificuldades ao desenvolvimento do Comércio Exterior, demonstrando que o Século em conclusão gerou importantes contradições nas relações bilaterais e multilaterais entre as nações. Ao mesmo tempo demonstrou que o Comércio Exterior é o caminho natural e permanente para dirimir as desigualdades sócio-econômicas entre os parceiros.

Em outras palavras, não existe perspectiva, no cenário internacional, para a auto-suficiência entre as nações. A Política Comercial tende a ser flexibilizada, notadamente com a constituição dos Estados Continentais, através de princípios federativos, condutores dos blocos econômicos, em andamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a Comunidade de Nações, a sobrevivência do Estado sobe-

rano e independente está atrelado aos princípios da interdependência e da complementaridade, que são características predominantes do Comércio Exterior do final do Século XX.

Os mecanismos de Políticas Comercial são excludentes quanto ao crescimento e desenvolvimento do Comércio Exterior, inibindo o fortalecimento da interdependência e complementaridade.

Os Estados Continentais e os Blocos Econômicos em formação, executam um dúbio jogo político no contexto do Comércio Exterior. Ora defendendo a utilização dos mecanismos de Política Comercial, ora condenando-os, como elementos desagregadores na nova estrutura econômica. A verdade é que ainda existe, neste último ano do século XX, preceitos e conceitos basilares do início do mesmo, quando o Comércio Exterior era limitado à potências dominantes, emergidas da Primeira Guerra Mundial, e resultantes do fim do hegemonismo inglês, que predominou de 1815 a 1914, de forma incólume, nas relações econômicas internacionais.

O Brasil, com pelo menos quinze anos de atraso, abriu as fronteiras nacionais para o Comércio Exterior, no Governo Fernando Collor de Mello, resultante da desregulamentação dos mecanismos de importação e exportação e entrada de capital estrangeiro para investimento.

O estudo da Política Comercial e Protecionismo é fascinante e permanente nas relações econômicas internacionais. A compreensão dos acontecimentos mundiais atuais, nas áreas da economia e comércio, passa necessariamente pela análise dos mecanismos protecionistas de mercado. A riqueza das nações é reflexo da gangorra comercial internacional. Assim pensamos ●

* FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA é professor de Economia Internacional do DECON/UFPI. Mestre em Relações Internacionais e Doutorando em Integração Econômica pela Universidade de León, Espanha

A Lógica do Conflito

SEBASTIÃO CARLOS*

Quando falamos de métodos de investigação da realidade nos deparamos com duas visões distintas e que provocam discussões. Uma delas refere-se ao método metafísico criado por Aristóteles e que orientou as reflexões durante boa parte do mundo antigo e toda a Idade Média. A metafísica consiste numa valorização aos conceitos que estão acima da realidade sensível e empírica (daí o nome meta- que está acima e física - realidade, natureza). Segundo Aristóteles os conceitos metafísicos são incorruptíveis, por isso não mudam: imóveis, prontos, acabados e inquestionáveis.

De Aristóteles até nossos dias muitas foram as afirmações que nos foram apresentadas como metafísicas como por exemplo geocentrismo e a afirmação de que somente a ciência seria capaz de responder a todas as indagações humanas. A última verdade inquestionável foi a de que "a história teria acabado" com a vitória do capitalismo sobre o socialismo. E o interessante é que muitos intelectuais se venceram disso e deram fundamento de cientificidade a essa afirmação.

Se bem observarmos iremos perceber que a conjuntura da década passada de certa forma nos convencia disso. Os últimos anos foram marcados por uma crise de referências. Não tínhamos nenhum paradigma que nos mostrasse uma outra alternativa. O projeto neoliberal e a globalização, da forma como nos mostraram, pareciam ser realmente a única saída, pois aquilo que nos inspirava como alternativa não existia mais. A metafísica capitalista tinha sido vitoriosa (o termo escolhido tem sentido porque a vitória de um subtende-se a derrota de outro).

Essa crise de referências afetou em cheio os movimentos populares no mundo e sobretudo no Brasil. Os sindicatos aos poucos foram perdendo sua força, partidos políticos, a sua identidade.

Movimentos que tinham a missão de congregar as organizações de trabalhadores como a CUT perderam seu poder de hegemonia diante das elites dominantes. Como consequência

disso movimentos de lutas isoladas absorveram os anseios de todas as classes de trabalhadores. Estou me referindo ao MST que tem uma causa específica que é a luta pela terra e que hoje exerce a função que seria da CUT. Os fatos que provam essa afirmação são as últimas greves que tivemos. Convocamos professores, bancários, funcionários públicos e aparecem os sem terras! O discurso neoliberal foi tão forte que nos convenceu de que não adiantava mais lutar. Um outro agravante é a influência das ONG's que absorvem a função do estado como gestor das questões sociais.

Isso revela o que é o método metafísico de análise da realidade, porém, em contraposição a este método temos o dialético que se caracteriza por não ser estático. A metafísica nos conduz ao ser e a dialética ao vir-a-ser ou devir. Essa dinamicidade é eterna.

O método dialético nos diz que a realidade está em constante transformação e que o motor desta transformação é o conflito interno entre dois fatores definidos como tese e antítese. Essa contradição interna nos direciona a uma síntese que é a superação do conflito. Mas essa superação traz em si os elementos de continuidade do conflito. A metafísica capitalista nos apresentou somente um lado da relação que foi a tese da vitória neoliberal se utilizando dos instrumentos ideológicos do estado, como meios de comunicações social, para nos conformar disso.

Os últimos anos nos mostraram que o projeto neoliberal foi um discurso B.O. (bom para otário) que na verdade nunca foi aplicado nos países capitalistas desenvolvidos. A defesa do estado mínimo só foi sustentada por países sem soberania política e econômica como o Brasil. A tese capitalista teve seu peso sobretudo em 1994 e 1996 quando o nosso medo, a inflação, foi finalmente "derrotada". O fato que prova isso foi a eleição presidencial (que não teve nem segundo turno) e o massacre do PSDB no legislativo estadual e federal.

Mas a ideologia neoliberal não foi forte o suficiente para aniquilar a força da antítese capitalista. Aos

poucos estamos começando a notar o reflorescimento dos movimentos populares que estavam estáticos. Em termos eleitorais, também percebemos isso quando analisamos o resultado das recentes eleições municipais. A direita, representada pelo PFL e PMDB sobretudo, perdeu espaço em muitas cidades brasileiras. Isso é suficiente para afirmarmos que o sonho não acabou e que o conflito está mais presente do que nunca. O Partido dos Trabalhadores conseguiu eleger representantes no legislativo e no executivo municipal em várias cidades pela primeira vez e confirmou a reeleição em várias cidades como prova da aceitação do povo em relação à maneira transparente de administrar os bens públicos.

Nas próximas eleições presidenciais tese e antítese irão se confrontar e os dois primeiros anos que seguem serão decisivos para a reviravolta popular. A chance da antítese é bem maior desta vez porque o "fim da inflação" não aniquilou o desemprego que ainda é uns dos nossos grandes medos.

O método dialético nos convida a aceitar o conflito como algo positivo e capaz de nos direcionar para a solução dos problemas. Porém, esse conflito deve se dar no campo das idéias num jogo de clareza e transparência não tomando posicionamentos reacionários e sectaristas pois esta postura nada mais é do que uma manifestação autoritária que poderá comprometer a vitória da esquerda em 2002. O erro cometido nas últimas eleições presidenciais não deve se repetir. Os três representantes da oposição no país (Lula, Ciro Gomes e Itamar) devem se unir e liderar um movimento de reação ao projeto neoliberal. Uma eficiente administração municipal é o ponto de partida para essa mudança. ●

*SEBASTIÃO CARLOS é aluno do Curso de Economia/UFPI e professor do Curso de Filosofia/UFPI

ASPECTOS DA ECONOMIA B

SAMUEL COSTA FILHO* & RICARDO AZEVEDO SILVA**

"O mundo está obviamente em mudança, como sempre esteve, mas em nenhum momento da história os países foram dominados por tantos mitos produzidos por uma ideologia hegemônica que foi sendo imposta lentamente como "ciência" através do imperialismo educacional e da competente manipulação dos meios de comunicação. Essas duas forças mudaram o comportamento das pessoas e criaram instituições que facilitaram a conquista do mercado mundial por algumas nações e suas empresas transnacionais"

(Antonio Delfim Netto, 1999).

1. Introdução

Na última década, o Brasil voltou a ter acesso aos recursos do mercado internacional. Após uma década sob a égide da restrição externa ao crédito esta situação se reverteu. Os anos 90 representaram também a vitória da política econômica liberal na gestão da economia nacional. Diante da crise do modelo de substituição de importações, os nossos governantes entregaram ao mercado a solução dos nossos problemas econômicos e sociais. Nessa linha, foi realizada uma intensa abertura da economia.

A década marca ainda, o controle da inflação pela via das políticas que utilizaram a abertura comercial para aumentar a oferta de produtos no mercado interno. A política de manutenção do câmbio apreciado foi largamente utilizada.

Nesse artigo pretendemos abordar alguns aspectos da economia do Brasil nos anos 90. Com esse objetivo o item a seguir trata da inserção dos países periféricos na globalização. O ponto seguinte abordará a abertura financeira da economia brasileira. A abertura comercial será o tema do item quatro e o Plano Real vem a seguir. Apresentaremos ainda algumas conclusões preliminares.

2. A Inserção da Periferia na Globalização

Desde as crises da dívida externa nas economias em desenvolvimento que o movimento para a implantação de políticas de cunho liberal vem se fortalecendo. Esta visão apregoa que o livre mercado leva a uma maior eficiência alocativa dos recursos, gera uma trajetória de crescimento econômico acelerado e eleva o bem-estar social. Pregando a livre mobilidade, também despreza a relevância dos instrumentos de con-

trole de capitais, descarta o sistema de taxas fixas de câmbio e a autonomia das políticas econômicas nacionais.

Ainda, segundo essa visão, a abertura comercial impõe disciplina competitiva aos produtores locais e obriga-os a realizar ganhos de produtividade significativos. As privatizações e o investimento estrangeiro direto removeriam lacunas de oferta na indústria e na infraestrutura, elevando a eficiência e reduzindo custos. Por outro lado, a liberação do câmbio, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa real de câmbio, atrairia recursos externos capazes de complementar a necessidade de investimento doméstico e financiar o déficit em conta corrente.

Entretanto, os ideólogos liberais esquecem que a inserção no mundo globalizado tem que se fazer de forma diferenciada, haja vista, que os países subdesenvolvidos possuem grau de competitividade bastante inferior aos países avançados e enormes fragilidade financeira para negociar nos mercados mundiais tanto de mercadorias quanto de capitais.

No que tange a abertura financeira, a livre mobilidade de capitais representa um alto risco para os países da periferia, que não detêm moedas conversíveis e estão muito mais expostos ao crescente caráter especulativo do capital financeiro mundial. O prof. Ricardo Carneiro (1999), da Unicamp, atenta para o maior grau de sacrifício impostos por essas políticas econômicas aos países detentores de moedas não conversíveis, principalmente no que se refere à taxa dos juros, visando evitar instabilidades nas taxas de câmbio. Enquanto os países detentores de moedas conversíveis podem lidar com esses fluxos de capitais por meio de menores variações nas

taxas de câmbio e de juros, os países periféricos sob o risco constante de fuga de capitais internacionais se vêem obrigados a incorporar na sua taxa de juros interna além da taxa norte-americana, o prêmio sobre "risco país" e o risco cambial.

Essa elevada taxa de juros desestimula os investimentos produtivos, porque o empresário ao tomar empréstimo na ponta, ainda terá acrescido uma taxa muito maior por conta dos custos e ganhos bancários mais o risco de inadimplência. Dessa maneira, os países da periferia se vêem diante de uma "armadilha" da taxa de juros, que é balizada externamente. Esse fato, limita a capacidade desses países de realizar políticas econômicas e faz com que eles acabem por se submeter aos ditames da dinâmica externa.

Em pleno processo de globalização, é crescente a importância das finanças de mercado e dos fluxos de capitais. Diante das políticas de desregulamentação e liberalização o sistema financeiro passou a apresentar um caráter nitidamente especulativo. As novas regras do sistema financeiro globalizado levam a uma maior preferência pela liquidez, o que é problemático, na medida que o capital perde seu caráter produtivo e assume um caráter especulativo, afetando duplamente a esfera produtiva, tanto pela redução dos financiamentos na produção, quanto pelas incertezas sobre a trajetória das taxas de juros (que estão prisioneiras da taxa de juros americanos e das expectativas internacionais).

Os dados revelam que parte significativa dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE's), na América Latina, tem se direcionado para o setor de serviços. Embora se apregoe a vantagem do IDE por não ser de natureza volátil, esses

RASILEIRA NOS ANOS 90

investimentos trazem novos problemas. Primeiro, por se situarem em setores que não exportam, tendo depois de ser amortizados, os investimentos diretos retornam aos seus países de origem e com isso pressionam mais ainda a nossa frágil balança de pagamentos.

Um segundo aspecto da livre mobilidade de capitais se refere ao fato de que seus influxos, não necessariamente, acompanham as necessidades de equilíbrio na conta transações correntes. Assim, nada garante o movimento de capitais dos países superavitários para os deficitários. Na realidade, ele não vem exercendo efeito de compensação, uma vez que o déficit em transações correntes vem crescendo na mesma medida que os fluxos brutos de capital vem diminuindo sua função alocativa e obedecendo apenas à dinâmica especulativa. Os países periféricos ao apresentarem qualquer sintoma de fragilidade econômica sofrem grande fuga de capitais e vêem seu balanço de pagamentos comprometido, podendo passar por uma grave crise de financiamento.

A abertura comercial tem comprometido à balança comercial da maioria dos países periféricos, excluindo-se alguns países asiáticos melhor inseridos no comércio internacional. Diante da concorrência internacional extremamente acirrada, encontramos barreiras para grande parte dos produtos agrícolas, deterioração dos termos de troca (fruto da queda dos preços de commodities), atraso tecnológico e da estrutura produtiva, à carência de crédito e financiamento, e acentuada pressão sobre a balança comercial desses países. Nesse momento de acirrada concorrência internacional sobre os produtos industrializados, a maioria dos países, inclusive o Brasil tem retrocedido em sua pauta de exportações, em direção de uma pauta primária exportadora.

O argumento de que a especialização levaria a vantagens comparativas, empiricamente não tem se observado. Os países periféricos, em geral, vêm apresentando um crescente déficit comercial. Simultaneamente a inserção da

periferia na globalização, esses países apresentaram quedas de dinamismo, inclusive os países emergentes que se reintegraram aos mercados de capitais nos anos 90. A ocorrência de crises, no México, Ásia, Rússia e países da América Latina, denotam claramente a fragilidade da periferia frente ao mundo globalizado. Os diversos fatores até agora citados e a ocorrência das maiores taxas de crescimento econômico na China e na Índia, países ainda bastante fechados aos mercados mundiais, suscitam um forte questionamento das teorias liberais que defendem a globalização como melhor caminho para o progresso sócio-econômico. Temos ainda a possibilidade de que até os países desenvolvidos podem ser atingidos, devido à possibilidade de uma grave crise mundial.

Em um sistema globalizado, os efeitos de uma crise isolada sobre as expectativas podem se deflagrar rapidamente. Um exemplo disso foi o aumento dos juros e encurtamento dos prazos dos financiamentos internacionais para os países da periferia, condições que haviam até melhorado após a crise do México, mas que se reverteram como efeito da crise Asiática em meados desta década, seguida pela moratória da Rússia e pela crise da América Latina.

A possível melhora e retorno do financiamento à periferia, está condicionado a ajustamentos dessas

economias aos modelos clássicos de ajuste recessivo imposto pelo FMI. Essa política vem sendo adotada pela maioria dos países subdesenvolvidos, levando a profundas recessões e travando seu desenvolvimento. Como se percebe, os efeitos da globalização se mostram extremamente perversos para as nações que tentaram se aventurar e abrir suas economias.

Dessa forma, a "inserção internacional" se processa de forma diferenciada, beneficiando alguns países protagonistas ativos do comércio internacional, que obtêm taxas crescentes de exportações acima da média, enquanto outros se ajustam passivamente, perdendo participação no mercado. Os países que preservaram espaço para aplicação de políticas macroeconômicas conseguiram sustentar taxas de juros reais baixas, administraram taxas de câmbio estimulando à atividade exportadora, promoveram o avanço tecnológico e industrial, garantindo assim o fortalecimento de seus grupos privados nacionais.

Ao contrário do que apregoa a corrente liberal, a globalização exige maior capacitação e maior poder de coordenação dos estados nacionais para engendrar condições favoráveis à competitividade dos produtores locais, ao financiamento e a sustentabilidade do processo de acumulação de capital, além da inovação tecnológica.

3. A Abertura Financeira no Brasil

A reversão dos fluxos de capital em favor dos mercados emergentes está apoiada em uma nova proposta reformista baseada em austeridade fiscal, liberalização cambial e financeira, desregulamentação, abertura comercial e ao investimento estrangeiro, privatização e diminuição do papel do Estado. As autoridades econômicas brasileiras incorporaram toda essa proposta em sua política de estabilização, levando o país a uma profunda reestruturação.

A abertura financeira brasileira se deu frente a um mercado inter-

"... as economias emergentes são aquelas que estão mais sujeitas às alterações das expectativas dos mercados, estando assim, mais vulneráveis às consequências nocivas dos movimentos especulativos."

nacional com elevado grau de negociabilidade, acentuada liquidez e mobilidade, ditado por uma volatilidade das expectativas em constante mutação. A política econômica brasileira ao permitir o acesso a seu mercado financeiro expôs suas finanças ao capital especulativo internacional, sem atentar para o comprometimento da saúde e desenvolvimento da economia nacional.

Nossas autoridades econômicas não levaram em conta que o movimento especulativo leva a valorização fictícia dos ativos financeiros e imobiliários, causando desequilíbrios patrimoniais e inflúndo no consumo e na atividade produtiva. Diante de qualquer onda de incerteza, os agentes se precipitam movimentando seus capitais entre mercados, provocando uma espiral baixista dos preços dos títulos e levando ao aumento das taxas de juros de curto e longo prazo.

Como se sabe, as economias emergentes são aquelas que estão mais sujeitas às alterações das expectativas dos mercados, estando assim, mais vulneráveis às consequências nocivas dos movimentos especulativos. Paralelamente, esses países têm que se submeter aos prêmios de riscos que encarecem o custo do dinheiro para o tomador final e favorecem o desaquecimento da economia.

A despeito da instabilidade do mercado financeiro internacional e dos riscos de uma abertura financeira, a sua adoção pelo Brasil esteve intimamente condicionada ao plano de estabilização da década de noventa. Os gestores da política econômica acreditavam ser possível acessar a poupança externa para financiar a economia local a taxas de juros mais baixas e prazos mais estendidos; trazer bancos estrangeiros capazes de fornecer financiamentos adequados; atrair o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para contribuir na Formação Bruta de Capital (FBK) e difundir o novo paradigma tecnológico, elevar o grau de competitividade local e criar novos postos de trabalho.

Todavia, a condição básica para execução de um programa de estabilização, num contexto de abertura financeira, é a oferta de ativos atrativos ao capital estrangeiro. Entre os diversos ativos encontramos os títulos da dívida pública, basicamente de curto prazo e de elevada liquidez; bônus e papéis

comerciais de bancos e empresas de solidez conhecida; ações de empresas em processo de privatização; e em seguida, ações depreciadas de empresas privadas, particularmente as afetadas pela abertura comercial. Todos esses ativos precisam oferecer altos ganhos de capital e conter prêmios contra risco.

O Brasil, para criar essas condições promoveu desde o início da década de 90 a liberalização do câmbio. Sob a condição de certa conversibilidade, viabilizou-se uma série de medidas que favoreceram e estimularam, sobretudo, o investidor externo. Entre essas medidas, diminuiu-se o controle das autoridades monetárias sobre as entradas e saídas do mercado de divisas, autorizou-se o acesso direto de investidores institucionais estrangeiros ao mercado nacional de ações e de renda fixa (anexo IV), permitiu-se que as empresas brasileiras não financeiras realizassem investimentos em instituições financeiras no exterior, expandiu-se a oferta de títulos do tesouro com cláusula de correção cambial, ampliou-se a venda no exterior de ativos dolarizados emitidos por empresas locais, liberando as quantias de moeda estrangeira em posse das instituições financeiras e permitindo remetê-los para o exterior via CC5, ampliou o limite à compra para turismo externo e foi autorizado a livre movimentação dos recursos dos não residentes (CC5).

Por essa via, o país tentou criar condições para atrair significativamente o capital externo e possibilitar a conversibilidade diante do risco latente de fuga do capital estrangeiro, atendendo a condição básica de possuir um volume de reservas em moedas estrangeiras para fazer frente à corrida diante da mudança nas expectativas.

As diversas opções de atração de recursos externos permitiram ao país acumular reservas que, no início de 1991, somaram US\$ 7 bilhões e, em 1994, atingiram US\$ 40 bilhões. A fuga de capitais provocada pela onda de incertezas gerada pela crise do México, na virada de 1994 para 1995, fez estas reservas sofrerem uma forte queda, para depois subir acentuadamente para casa dos US\$ 70 bilhões e posteriormente cair bruscamente para menos de US\$30 bilhões após a crise da Rússia em 1998.

Após a abertura financeira ocorreu uma expansão significativa das atividades do mercado de capitais.

Um exemplo disso foi à evolução da capitalização do mercado secundário de ações doméstico, cuja movimentação, que era de US\$ 43,6 bilhões em 1991, atingiu em 1997 a quantia de US\$ 255,4 bilhões. O mercado primário também cresceu significativamente, mas não atingiu um volume tão expressivo. O número de companhias abertas cresceu continuamente a partir de 1992. Os lançamentos de ações de empresas privadas brasileiras tiveram como principal estímulo à captação de recursos no mercado internacional.

O expressivo aumento dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil estão relacionado à relativa liberalização cambial e a elevação do diferencial entre taxas de juros internos e externos associado às necessidades de estabilização.

3.1. Análise das características do capital estrangeiro: *portfolio*, IDE, e empréstimos

Os investimentos de *portfolio*, composto quase na sua totalidade por ações, são extremamente voláteis, possuem liquidez diária e caracterizam-se por seu forte caráter especulativo. Este tipo de investimento é protagonista de elevadíssimos ganhos e não vem para ficar. A cada queda acentuada das expectativas, ocorre uma fuga de quase todo seu estoque, o que se torna um fator problemático devido à expressiva participação que assumiu no mercado de capitais local. Temos ainda o fato de que esses investidores estrangeiros de *portfolio* pagam menos impostos que os investidores nacionais.

Ao longo dos anos 90, o IDE juntamente com os investimentos de *portfolio*, foram os que apresentaram a maior participação nos influxos de capitais internacionais, com o IDE obtendo uma maior participação na segunda metade da década. Embora o IDE seja considerado como bem menos volátil que os da categoria de *portfolio*, deve-se ter em conta que a facilidade de saída aumenta quando a empresa é negociável em Bolsa de Valores.

Não fugindo à tendência observada na América Latina, os dados do BACEN revelam que o IDE no Brasil se direcionou para o setor de serviços, que até 1995 recebeu 43,3% do seu total, participação que subiu para 81,8% no intervalo 1996-98.

Tal direcionamento acabou por pressionar negativamente o saldo da balança de pagamentos. Isto se deu, também, devido ao significativo consumo de bens intermediários pelas empresas estrangeiras e por produtos importados, visto ao elevado nível de integração comercial entre as matrizes e os fornecedores externos, na busca por eficiência. Assim, a principal característica do IDE é que ele veio basicamente para explorar o mercado interno e dessa forma não tem contribuído para geração de saldos comerciais positivos.

Outro fator a ser destacado é que boa parte dos IDE's, especialmente os investimentos direcionados para as privatizações, fora financiadas pelo BNDES e não exercam a função de captador da poupança externa. Além disso, por ser o IDE menos líquidos, possui remuneração mais elevada que os empréstimos e os investimentos de *portfolio*, e uma vez amortizados, passam a representar vazamentos contínuos de divisas do país. No Brasil, as remessas de lucros e dividendos que, em 1991, somavam US\$ 665 milhões, passaram em 1998 para a expressiva cifra de US\$ 7.181 bilhões. Convém acrescentar que nos anos de 1997 e 1998, cerca de 25% do IDE que entrou no país, saiu em forma de lucros e dividendos.

Todavia, a questão mais problemática diz respeito ao fato dos IDE's não terem criado capacidade produtiva exportadora adicional, já que tem se direcionado crescentemente para aquisições e fusões, onde as privatizações tiveram papel de destaque. Dentro desta categoria de investimento incentivou-se a entrada no sistema bancário brasileiro de bancos estrangeiros. Para tanto, alterou-se a legislação do sistema financeiro para atração de bancos do exterior. As principais medidas incentivadoras foram implementadas em 1995, dentre elas a eliminação da exigência de que o capital mínimo de um banco estrangeiro fosse o dobro do exigido dos bancos nacionais. Argumentava-se que a entrada ou o aumento da participação dessas instituições no sistema financeiro brasileiro era do interesse da nação, visto a escassez de capitais nacionais e as vantagens a serem obtidas via introdução de novas tecnologias, principalmente, pela maior eficiência operacional e a capacidade financeira, que se traduziram em menores

custos e prazos mais longos.

Como resultado dessas medidas ocorreu um significativo aumento do número de bancos estrangeiros no país, que passou de 37 para 52, entre junho de 1995 e dezembro de 1998. Com isso, a participação dos bancos do exterior no total de bancos múltiplos e comerciais elevou-se de 15,4% para 25,6%. A participação dos bancos estrangeiros no total dos ativos dos bancos múltiplos e comerciais, passou de 12,1% em junho de 1994, para 21,1% em fins de 1998.

Porém, os bancos vindos do exterior não têm contribuído para elevar o grau de alavancagem do sistema. Embora os bancos estrangeiros tenham contribuído para elevação da oferta de crédito e para maior solidez do sistema, esses bancos têm se beneficiado de margens líquidas de lucros bastante superiores às encontradas em outros países (internamente são os que obtêm melhor margem); não cobram juros nem tarifas mais baixos que os bancos nacionais; são mais seletivos na concessão de empréstimos; não ocuparam o espaço referente ao crédito de longo prazo; além disso, representam mais um canal de vazamento de divisas para o exterior via lucros e dividendos. Dessa maneira, os bancos estrangeiros acabaram reproduzindo internamente o mesmo padrão de comportamento dos bancos privados nacionais, com a agravante de apresentar um viés para ativos e passivos dolarizados.

Esse contexto de substancial entrada de empresas estrangeiras e elevado grau de abertura comercial representa para os Estados da periferia um grande desafio, tornando o importantíssimo o papel dos órgãos reguladores na preservação das condições de competitividade dos produtos locais e no impedimento de prejuízos para seus consumidores. A crescente desnacionalização das empresas brasileiras não foi acompanhada de uma expansão das nossas exportações, agravando o desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos em decorrência do aumento da remessa de lucros.

No que diz respeito ao endividamento externo estatal, este se fez em grande parte através da venda de títulos públicos, principalmente os papéis indexados à variação cambial. Por outro lado, as grandes empresas emitiram seus próprios papéis no exterior, eliminan-

a intermediação bancária. Essa captação externa teve como principal fator de atração a elevada margem adicional de juros oferecida pela economia brasileira, principalmente se comparada às taxas internacionais. Mesmo entre os países emergentes os juros do Brasil sempre foram os mais atrativos.

Quanto aos empréstimos em condições favoráveis de juros e prazo que se instalaram na primeira metade dessa década, se deterioraram após a crise da Ásia em 1997, não se revertendo e até mesmo se agravando substancialmente com as crises subsequentes. A Taxa de juros cobrada para o Brasil, além de incluir a taxa americana, incorporam os prêmios pelo risco Brasil e o risco cambial, e ambos sobem numa situação de incerteza, como a gerada pela seqüência de crises que ocorreram ao longo da década.

A questão da determinação dos juros é central para a saúde financeira de todo país, devido ao estreitamento do prazo que compromete o serviço da dívida externa e pressiona o balanço de pagamentos, como também pela necessidade da taxa de juros interna acompanhar a taxa externa.

Em condições de risco de fuga de capitais, as autoridades monetárias são obrigadas a manter a taxa de juros interna básica acima da taxa dos empréstimos para o Brasil, incorporando, assim, as expectativas externas negativas que, não necessariamente, correspondem às expectativas dos investidores locais, encarecendo o crédito para toda a economia.

Frente à expansão dos influxos de capitais estrangeiros, o governo tem sido obrigado a praticar políticas de esterilização. A possibilidade da expansão provocar liquidez de caráter inflacionário, levou o governo a enxugar a liquidez via emissão de títulos públicos, o que também pressionou a taxa de juros interna, em virtude dos títulos terem que possuir taxas atrativas e esta ser a taxa base das demais taxas de juros da economia. Como consequência à expansão da dívida mobiliária na década de 90 foi bastante significativa.

Dessa maneira, a expansão dos influxos de capitais tem reduzido a autonomia da política monetária na determinação da taxa de juros, pois além das políticas

de esterilização, temos o problema do volume de capital volátil que o país absorve devido exatamente a essa política de juros altos que pode tornar ainda mais desastrosa uma fuga de capitais. O dilema dos juros internos tornou-se assim um campo problemático da abertura financeira brasileira. Além desse efeito duplo da elevação das taxas de juros internas, outras foram as consequências macroeconômicas para o país. Dentre estas poderíamos citar a inibição dos investimentos produtivos e a elevação do custo da dívida interna.

4. A Abertura Comercial

A tese em defesa do livre comércio brasileiro está respaldada na idéia de que as empresas expostas à concorrência, elevariam sua eficiência técnica e de escala, investindo em tecnologia, melhorando sua produtividade, tornando o consumidor final o principal beneficiado pela redução dos preços, melhora na qualidade e maior diversidade dos produtos. Possibilitaria ainda a presença de novos fornecedores nesse mercado, fator que não era observado quando tínhamos mercados protegidos.

Entretanto a superação do *gap* tecnológico não constitui um processo de curto prazo e baixo custo. O que realmente podemos observar na economia brasileira é que essa abertura comercial vem determinando a exclusão de grande número de empresas, e até de alguns segmentos, que incapazes de se estruturar, acabam desaparecendo do mercado. Um dos fatores desse processo se dá pela desigualdade de condições com que se estabelece tal concorrência. Basicamente ligados ao crédito diferenciado e ao novo paradigma tecnológico, inaccessíveis que são não somente para o Brasil, mas para os demais países subdesenvolvidos, pelo menos no médio e curto prazo.

Os segmentos mais prejudicados são os segmentos intensivos em tecnologia e escala, justamente os segmentos de maior rentabilidade. Esses segmentos quando não são excluídos da cadeia produtiva local, acabam por ser ocupados por empresas estrangeiras, significando aumento das constantes remessa de lucros para exterior. Assim, não se observa uma alocação ideal do ponto de vista social, como apregoam os defensores do livre mercado.

A hipótese de que o progresso técnico se difundiria internamente devido à liberalização do mercado, também não pôde ser constatada. O que vem se observando, não só no Brasil, mas também na periferia em geral, é a quebra da cadeia produtiva, pela exclusão de segmentos intensivos em escala e tecnologia, com tendência à especialização em segmentos intensivos em mão de obra de baixa qualificação e/ou recursos naturais, fazendo com que as exportações desses países cada vez mais se concentrem em produtos primários.

Embora toda argumentação em favor do livre comércio esteja presente no debate sobre a liberalização da economia brasileira, nossa abertura comercial foi muito mais induzida pela urgência do programa de estabilização dos preços. O amplo processo de liberalização comercial se iniciou justamente sob o temor da hiperinflação em fins da década de 80, e subordinando completamente ao programa de estabilização introduzido em 1994 pelo Plano Real. Essa política alcançou êxito no combate à inflação, mas produziu elevados déficits na balança comercial, o que levou a uma elevação de caráter provisório das tarifárias no ano seguinte, devido à preocupação com a estabilidade dos preços.

No intervalo 1990-96, o valor das importações aumentou de US\$ 20,6 bilhões para US\$ 53,3 bilhões. O superávit comercial de US\$ 9,8 bilhões alcançados em 1989 transformou-se em um déficit de US\$ 5,5 bilhões em 1996. Nesse período, existia aquecimento da economia proporcionada pelo Plano Real, com o ritmo de crescimento das importações não sendo acompanhado pelas exportações (o país exportou US\$ 47,7 bilhões em 1996, contra US\$ 31,4 bilhões em 1990).

Os déficits da balança comercial refletiram não só crescimento do consumo final, mas a elevação significativa do coeficiente de importação da indústria local, que segundo Laplene & Sarti (1997) chegou a atingir 45% do consumo aparente, nos setores de máquinas, equipamentos e instalação, material e aparelhos eletrônicos e de comunicação. Os dois economistas destacam ainda que alguns segmentos têxteis, de transportes e materiais elétricos, o coeficiente de importação subiu em média 200% no período 1989-95, revelando que para indústria brasileira como um

todo este coeficiente atingiu níveis sem precedentes na história da nossa industrialização.

Quais foram os ganhos do processo de liberalização comercial para nosso país? Não se pode negar que enquanto política de estabilização, a abertura comercial contribuiu para conter a hiperinflação dos preços. Entretanto, isto só foi possível devido à apreciação do câmbio, que em virtude da sua insustentabilidade em longo prazo, acabou por ser abandonada, ficando assim em cheque até o caráter estabilizador da liberalização comercial.

Como anteriormente afirmado, esse processo de desnacionalização ocorrida na economia brasileira agravou sua situação de déficit estrutural. Há até alguns economistas afirmando que o rombo na balança de pagamentos ainda permanecerá por cerca de 15 anos.

No que tange aos ganhos de produtividade, antes de resultarem da transferência de progresso técnico, estariam intimamente ligados a cortes de custos e até mesmo a metodologia para calculá-lo, que ao tomar como referencial a produção física e não o valor adicionado setorialmente, considera os efeitos da "desverticalização" e "terceirização", como ganhos de produtividade do trabalho. Ocorre que o aumento do coeficiente importado e a conseqüente redução do valor agregado nas cadeias produtivas nacional devem ser também considerados no cálculo dos ganhos de produtividade.

Resumindo, os ganhos de eficiência resultantes da adoção de estratégias de reestruturação para enfrentar a concorrência externa e a recessão, custaram ao país: um substancial crescimento do desemprego e no aumento significativo da participação do setor informal no total dos postos de trabalho; uma desnacionalização da indústria devido à concorrência desigual; desindustrialização de setores e segmentos onde se observa intensa substituição de insumos locais por importados; fechamento de linhas de produção e fábricas inteiras; elevados déficits comerciais decorrentes da incapacidade dos setores exportadores enfrentar a concorrência internacional e acompanhar o crescimento expressivo das importações, e de setores que perderam fatias de mercado e encolheram sua pauta de produtos exportados; etc. Dessa forma, nos anos 90 as export-

tações brasileiras reduziram sensivelmente sua participação nos mercados centrais enquanto cresceu a participação nos mercados da periferia.

5. O Plano Real

O Plano Real, implantado no início de 1994, objetivou combater à ameaça de uma hiperinflação que já persistia desde a década passada. Esse programa de estabilização baseou-se na ancoragem cambial (estabilização da taxa de câmbio nominal), lastreada por suficiente volume de reservas acumuladas anteriormente. Tais recursos deram credibilidade à âncora cambial e ao expressivo influxo de capitais, desestimulando a especulação contra a paridade adotada. Pretendia-se com este mecanismo restabelecer a confiança na moeda local, objetivo que foi alcançado.

Além das reservas e da entrada de recursos externos, a situação das finanças públicas do país, foi outro elemento importante para o sucesso do programa de estabilização. As contas do governo apresentavam superávit primário e operacional, e a dívida líquida e mobiliária há muito não se encontrava tão reduzidas. O país apresentava um superávit comercial de US\$ 13,3 bilhões e um déficit de apenas US\$ 592 milhões em transações correntes. Assim, seria possível suportar as pressões negativas de uma valorização cambial sobre a balança de pagamentos.

Uma vez que havia pré-requisitos necessários, as autoridades permitiram uma forte valorização da taxa nominal de câmbio, objetivando uma convergência mais rápida entre taxa de inflação brasileira e a taxa americana. Após o anúncio da conversão para a nova moeda ocorreu uma aceleração inflacionária motivada por reajustes de preço, mas já em julho de 1994 a inflação caiu acentuadamente e em dezembro do mesmo ano ficou abaixo de 1% ao mês, mantendo-se sob controle até o final dessa década.

A adoção temporária da URV, permitiu o reajuste dos preços pela média, excluindo os desequilíbrios que ocorrem com a utilização da estratégia de congelamento. A URV apresentou inicialmente uma relação fixa com o dólar (1 para 1) e relação móvel com a moeda antiga. A estabilização dos preços dos insumos importados (visto paridade fixa com o dólar), a fixação das tarifas e preços

públicos e dos salários em URV, tornaram estável mais da metade dos componentes do preço, facilitando assim o seu cálculo de forma que esses não apresentassem defasagem após a entrada em vigor da nova moeda.

Nos primeiros meses do Plano Real o governo deixou de fazer a esterilização do elevado influxo de capitais. O volume foi tal que permitiu uma sobrevalorização nominal do real em relação ao dólar, o que provocou uma elevação do poder aquisitivo em relação aos importados num contexto de liberalização comercial. Os produtos importados fizeram parte do ciclo de consumo que se instalou logo após o plano.

Nos três primeiros anos do Real, ocorreu um *boom* do consumo alimentado pela expansão do crédito, especialmente o crédito pessoal. Com a perda dos ganhos inflacionários, o sistema bancário foi induzido a expandir o crédito, o que tornou a taxas de juros elevadíssimas, mas oferecendo prazos mais atrativos. Entretanto a queda da taxa nominal eliminou a ilusão dos rendimentos das aplicações financeiras, fazendo com que grande parte da poupança se dissolvesse em consumo. Foram também importantes os ganhos de renda, advindos da eliminação do imposto inflacionário e do barateamento dos produtos devido à queda dos preços relativos. Não foi sem motivo que os setores mais beneficiados pelo *boom* do consumo foram de duráveis e não duráveis.

Estas foram às bases do ciclo de crescimento após a implantação do Plano. Não foi importante o gasto público, visto que as finanças estavam comprometidas com a política de esterilização, nem também o papel do investimento, pois seus efeitos multiplicadores recaíram sobre o setor externo de bens de capital. Diante da expansão do consumo, a valorização cambial e a abertura comercial ao reduzirem tarifas e eliminar em barreiras não tarifárias foram decisivas para a estabilização, minimizando os efeitos da demanda sobre os preços.

Contudo, para sustentar a âncora cambial foi preciso manter um grande volume de reservas. Nessa linha foi necessário manter a taxa de juros elevada e também esterilizar os influxos de capital atraídos pelo diferencial de juros interno/externo, o que exigiu uma folga fiscal, uma vez que a esterilização não

podia ser feita pela emissão de moeda, pois pressionaria a taxa de juros para baixo.

Aparece, aqui, uma inconsistência da estratégia, pois com taxas elevadas e frente à liquidez internacional, ocorreu uma grande atração de capital externo, que foram esterilizados via títulos públicos, fazendo crescer expressivamente a dívida pública para cerca de 50% do PIB, contribuindo para eliminação da folga fiscal.

O patamar elevado da taxa de juros também encareceu e dificultou as atividades produtivas e desestimulou os investimentos. Após o *boom* do consumo, insustentável em longo prazo, a economia entra em recessão, gerando expectativas desfavoráveis ao investimento e consequentemente deprimindo o crescimento. A abertura comercial, como já foi salientado, também apresentou efeitos nocivos tanto sobre a atividade produtiva quanto sobre a balança de pagamentos.

A política de altos juros e uso abusivo da âncora cambial promoveu uma transferência de renda e da riqueza para os rentistas, produtores de não *tradebles* e importadores. Como consequência dos altíssimos juros bancários, houve uma onda de inadimplência, com sucessivas quebras inclusive no sistema financeiro. O saneamento dos bancos privados e estaduais, foi realizado pelo Tesouro, custando para o Estado cerca de 10% do PIB.

Conforme Puga (1999), os bancos privados receberam, através do Proer uma assistência de cerca de US\$ 21 bilhões (3,8% do PIB) na forma de títulos do Tesouro Nacional, em troca dos créditos problemáticos. Aproximadamente US\$ 48 bilhões (6% do PIB) em títulos federais foram emitidos para sanear os bancos estaduais, fato que agravou a saúde financeira do Estado.

Com o agravamento da dívida pública interna e externa, e diante da mudança de expectativas dos investidores estrangeiros em relação à periferia, o Brasil se viu novamente frente à restrição externa. Aumentar a taxa de juros para atrair novos capitais significaria aumentar a dívida pública, uma vez que já se encontrava em patamares comprometedores. A credibilidade da moeda passou a estar em jogo. Seu valor externo já não pôde ser sustentado, impossibilitando

tando a estratégia da âncora cambial. A preservação do seu valor interno dependia do governo convencer os agentes de sua capacidade de honrar suas dívidas e manter a dívida pública sobre controle. O ajustamento via superávit comercial parecia difícil visto a baixa inserção internacional. A Desvalorização cambial e a implementação de uma política de câmbio livre foram às medidas adotadas pelos gestores de nossa economia no início de 1999.

6. Conclusões Preliminares

O novo cenário internacional dos anos 90 – globalização, reestruturação produtiva, supremacia liberal, Plano Real, etc. – impregnou a sociedade brasileira e provocou uma inserção subordinada da nossa economia no contexto internacional. Acreditava-se na difusão e benefícios decorrentes do mercado global e da nova ordem internacional em formação.

A estratégia de “desenvolvimento” do Real nos anos 90 esteve apoiada em quatro pontos:

1. a estabilidade de preços criaria condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado;

2. a abertura comercial e a valorização cambial imporiam disciplina competitiva aos produtores domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade;

3. as privatizações e o investimento estrangeiro removeriam gargalos de oferta na indústria e na infra-estrutura, reduzindo custos e melhorando a eficiência;

4. a liberalização cambial, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa real de câmbio, atrairiam “poupança externa” em escala suficiente para complementar o esforço de investimento doméstico e para financiar o déficit em conta corrente” (Belluzzo, 1999).

Essa estratégia de desnacionalização e a privatização foram prejudiciais ao desenvolvimento brasileiro. Devido à fragilidade do setor produtivo nacional e frente à concorrência externa, vários segmentos industriais locais se desestruturaram e/ou mesmo desapareceram, enfraquecendo cada vez mais a cadeia produtiva nacional. Tal fato, aliado ao ajuste ao qual as empresas foram submetidas para enfrentar os novos concorrentes e principalmente a recessão que se instalou no país, sacrificaram quantidade significativa de postos

de trabalho, aumentou a participação estrangeira no estoque de capital doméstico e agravou o desequilíbrio estrutural externo.

A política de juros elevados, que serviu ao combate da inflação e para conter a demanda, contribuiu para o desaquecimento do mercado, inibindo substancialmente os investimentos e o crescimento econômico. Esses juros atraíram capitais externos especulativos e extremamente voláteis, que passaram a representar papel importante para economia nacional, mas que, por outro lado, tornaram o país dependente da “armadilha dos juros altos”, frente à abertura financeira que se promoveu no país.

A incapacidade do Estado gerir sua política macroeconômica, especialmente no tocante a administração de sua taxa de juros, taxa de câmbio e o equilíbrio de sua balança comercial, revela que a submissão às finanças globalizadas foi traiçoeiramente perversa para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Como sabemos, a década de 80 foi conhecida como década perdida. Muito provavelmente, a década de 90 será lembrada de forma semelhante ou até pior, talvez, como a “década infame”. Nesses últimos anos assistiu-se a uma política de privatização, desregulamentação e abertura comercial. Na “Década Perdida” entre 1981 e 1989, a economia brasileira cresceu a uma taxa média anual de 2,7%. No período 1990 a 1999, a taxa média anual foi ainda pior. Fechamos a década com queda absoluta do PIB em relação a anterior. Agravamos o problema do desemprego, da violência, da marginalidade e da concentração de renda, dentre outros.

Por tudo que foi apresentado, concordamos com o prof. Antonio Delfim Netto quando afirma que no “*Brasil, os nouveaux économistes impuseram ao País uma política econômica desastrosa e injusta em nome de um “mercado perfeito”, apresentado como o demiurgo da felicidade humana*”●

*SAMUEL COSTA FILHO é professor de Economia DECON/UFPI. Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP

**RICARDO AZEVEDO SILVA é mestrando de Economia e Meio Ambiente do Instituto de Economia/UNICAMP

INCENTIVOS CLUSTE

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA*

Uma linha de análise sobre o desenvolvimento regional tem sido recentemente objeto de muitos estudos que, invariavelmente, redundam em proposições de política governamental com vistas à promoção das atividades industriais no âmbito de espaços localizados. As análises abrangendo organizações de clusters, entendidas estas como a atuação de empresas em concentrações geográficas especializadas onde a produção ocorre de modo verticalmente desintegrada, são apresentadas por significativa parcela de seus defensores como o eixo de uma política industrial inovadora, tendo como um dos instrumentos centrais de fomento a concessão de incentivos fiscais por parte do setor público. Tais incentivos seriam justificados pelos benefícios sociais e econômicos decorrentes da industrialização. Mas será que a organização de clusters de empresas teria tantos e inquestionáveis atributos para colocá-la no centro da política industrial de um Estado como o Ceará?

Em primeiro lugar, a organização de clusters de empresas não se afigura como uma novidade no âmbito da organização industrial uma vez que as análises têm inspiração na experiência italiana de instalação dos distritos industriais, geralmente constituídos de firmas de pequeno e médio portes especializadas setorialmente e caracterizadas por manterem uma relação do tipo cliente-fornecedor. Deve-se notar também que no caso italiano, conforme é reconhecido por vários autores, a organização dos clusters continha uma significativa presença de identidade sócio-cultural tendo como origem o passado comum entre os agentes das organizações. Do ponto de vista teórico, por outro lado, a idéia de distrito industrial e, portanto, de um exemplo típico de cluster tem como origem os estudos de Alfred Marshall realizados no século XIX sobre localização industrial, tendo como foco básico os benefícios proporcionados pelas economias externas.

No Brasil, a instalação de distritos

FISCAIS E A ORGANIZAÇÃO DE RS E CADEIAS PRODUTIVAS

industriais em diversas cidades constituiu-se em uma febre nos anos 70, tendo sido incentivada pelos governos federal, estaduais e órgãos de desenvolvimento regional como a SUDENE, e cuja motivação básica fundamentava-se nas teorias de desenvolvimento econômico em voga nos anos 50, que apresentavam como explicação para o subdesenvolvimento a escassez de capital físico. Para isso recorreu-se inclusive à farta distribuição de incentivos fiscais com vistas a atrair investimentos para áreas carentes. Os resultados dessa política de industrialização assentada em incentivos fiscais todos nós conhecemos: quase nenhum efeito sobre a estrutura econômica das regiões e uma forte contribuição para a concentração de renda e riqueza.

É claro que as análises de clusters procuram enfatizar que novos fatores de dinâmica industrial são incorporados aos estudos e proposições daí decorrentes. No entanto, alguns aspectos pouco claros dessas proposições merecem melhor exame. Por exemplo, que fatores condicionariam uma política industrial voltada para a formação de cadeias produtivas? Evidentemente que do ponto de vista econômico cabe somente uma resposta: a eficiência econômica do conjunto da cadeia produtiva. Mas para que isso seja alcançado seria condição necessária que cada elemento da cadeia fosse igualmente eficiente, resultando em eficiência coletiva. Ou então, que a eventual ineficiência de um ou outro componente da cadeia fosse compensada pela eficiência das outras firmas, resultando em eficiência coletiva. Nesse aspecto reside o centro da questão da política de incentivo à formação de clusters. Além do mais, a formação das cadeias produtivas devem estar condicionados não apenas à ampliação da eficiência econômica das firmas durante sua organização, mas, sobretudo, necessitam ser potencialmente aptas a percorrer um processo de criação de vantagens em um ambiente crescentemente competitivo e cada vez mais

apoiado no conhecimento e no progresso técnico.

Ora, se esses elementos são importantes na constituição dos clusters, não haveria a necessidade de o Estado interferir diretamente na organização das cadeias produtivas fornecendo incentivos fiscais porque as firmas integrantes da cadeia teriam necessariamente que atender ao critério da eficiência coletiva, considerada esta tanto do ponto de vista estático como dinâmico. Se as firmas devem ser eficientes, por que o Estado teria que fornecer subsídios na forma de incentivos fiscais? Além disso, o julgamento sobre a viabilidade econômica de funcionamento e formação de cadeias produtivas deve caber às próprias firmas porque se trata de um cálculo econômico objetivo sobre ganhos potenciais que constitui uma atividade rotineira das empresas. A intervenção do Estado criando vantagens artificiais para as firmas, através de política de incentivos fiscais, certamente levaria a ineficiências no conjunto da cadeia produtiva que não se sustentariam ao longo do tempo, criando distorções no sistema produtivo e onerando o Tesouro com as renúncias fiscais que jamais seriam compensadas no futuro.

Outro aspecto crítico de uma política industrial de formação e consolidação de clusters reside na possibilidade de introdução de rigidez no sistema produtivo local, em especial na indústria, contrariando a tendência mundial, que já vem ocorrendo desde algum tempo, pelo qual as firmas segmentam suas estruturas produtivas em diferentes espaços geográficos de acordo com as vantagens proporcionadas em termos competitivos. Um exemplo típico é o que ocorre com a indústria automobilística cuja produção de componentes de seu produto principal pode estar segmentada em muitos locais. E isso é possível graças à evolução tecnológica no âmbito das estru-

ras dos meios de comunicações e de significativa evolução das técnicas de administração. Deve-se observar, por outro lado, que os elementos condicionantes de escolha da localização industrial nesse sistema flexível devem necessariamente estar ligados à disponibilidade de fatores indispensáveis ao manejo de estruturas produtivas com as características antes assinaladas. Em outras palavras, para mover uma estrutura baseada em alta tecnologia as firmas necessitam de mão-de-obra com habilidades compatíveis, além de outros fatores ligados ao funcionamento do Estado em prover direta ou indiretamente os serviços de infra-estrutura econômica e social, responsáveis pela ampliação da eficiência sistêmica.

Conclui-se, assim, que o esforço do Estado no sentido de adotar uma política industrial voltada para o adensamento de cadeias deve merecer o devido cuidado, notadamente no que respeita à utilização de incentivos fiscais como instrumento dessa política, pelas razões antes mencionadas e também devido aos seus inevitáveis efeitos redistributivos. Esses recursos, em vez disso, poderiam contribuir para a elevação da eficiência sistêmica da economia local através de investimentos em educação no padrão de qualidade exigido pelas novas tecnologias, pois já não basta apenas ofertar vagas nas escolas. É indispensável que ela seja de qualidade e para que este objetivo seja alcançado será valiosa a colaboração das universidades. Investimentos em políticas sociais visando atenuar o quadro de desigualdades também são considerados fatores relevantes na determinação da eficiência sistêmica e, portanto, condicionantes da ampliação das oportunidades econômicas em geral ●

*ALMIR BITTENCOURT DA SILVA é professor de Economia DECON/UFPI. Doutorando do CAEN/UFC.

A UNIVERSIDADE E OS SERVIÇOS CONTRATADOS

TIAGO CARDOSO ROSA*

Existe, no meio acadêmico, uma preo-cupação de que os docentes envolvidos em trabalhos contratados correm o risco de alterar, tanto a sua produção científica quanto as suas atividades em sala de aulas, o ensino. Este argumento é, de certa forma, um mito que não tem consistência quando examinado à luz dos estudos realizados sobre as relações universidade-empresas. Nesses estudos, autores, como Etwitz, citado por Velho, tendem, de modo apropriado, a afirmar que o impacto sobre as atividades docentes é positivo, uma vez que, com o entrelaçamento dessas duas áreas profissionais passam a definir melhor uma produção acadêmica muito mais comprometida com o desenvolvimento tanto científico quanto tecnológico de seus países.

A visão desse entrelaçamento tem, positivamente, um valor bem prático, pois não concebe que uma Universidade desenvolva pesquisas científicas sem estar comprometida com as tendências de crescimento econômico regional e nacional da comunidade onde ela está situada.

Com idéias contrárias aos argumentos citados, outros autores, como Hill e Turpin, citado por Velho, defendem que esses consórcios podem levar os docentes cientistas a se afastarem de suas atividades de ensino, provocando sérios prejuízos aos ideais básicos da ciência, os quais se limitariam a um tipo específico de indagação científico, em detrimento da ciência pura como estágio universal do conhecimento.

A literatura sobre esse assunto tem mostrado que tais argumentos sobre a visão Mertoniana da ciência - cumunalismo e universalismo - tem, há muito, dado lugar a outros argumentos, que colocam a ciência a serviço do progresso tecnológico, econômico e social.

Nessa mesma perspectiva, pesquisadores com prática em pesquisas consorciadas afirmam que, muitas vezes, no desenvolvimento dessas pesquisas, vislumbram excelentes temas voltados para a pesquisa pura. Outros pesquisadores, no campo da pesquisa pura, encontraram condições abundantes para trabalharem pesquisa aplicada. Os estudos esclarecem que muitos professores pesquisadores, que aderirem a esse tipo de consórcio, afirmam em relação à produção científica, que a influência da pesquisa contratada no seu padrão de publicações foi tão positiva que passaram a publicar seus

trabalhos também em revistas especializadas sem, contudo, se descuidarem das publicações em revistas científicas. Com isso, esses professores tiveram a oportunidade de ampliar seu público leitor, dando maior visibilidade à sua produção científica. Outros, uma pequena minoria, afirmam que os consórcios influenciaram mais na produção de artigos em revistas especializadas que na produção científica, não ocorrendo, segundo eles, nenhum aspecto negativo para sua carreira ou para o progresso da ciência. Ao contrário, a produção de bons artigos técnicos pode ter impacto científico de grande importância para o mundo da ciência, além do fato de que, as revistas técnicas tem melhorado bastante o seu padrão, não ficando muitas a dever às publicações científicas. O que preocupa esses pesquisadores consorciados é que o afastamento das revistas científicas pode trazer prejuízos quanto às suas demandas por financiamento nas agências de fomento, pois estas continuam privilegiando, como indicadores de excelência do trabalho acadêmico, as publicações em revistas de caráter científico e o envolvimento dos pesquisadores em temas conectados aos padrões internacionais do avanço da ciência. Este paradigma começa a provocar discussões profundas no tocante à postura desse modelo de universidade que está muito distanciado das características da realidade atual. Nas publicações, tanto em revistas científicas quanto em especializadas, o que deve ser observado é a sua qualidade como incremento para o avanço da ciência nos dois aspectos, tanto no acadêmico quanto no consorciado.

Como se percebe, o mais importante não é defender a visão mertoniana ou a visão pragmática da ciência. O mais construtivo é que ambas sejam, complementares, resultando dessa soma os conhecimentos necessários tanto para atualizar tecnologicamente os setores produtivos quanto para contribuir com o progresso da ciência pura, ambas essenciais ao fortalecimento da Universidade como instituição de vanguarda nas descobertas científicas ●

* TIAGO CARDOSO ROSA é professor do DECON/UFPI, Mestre em Gestão Universitária e Doutorando em Ciências Empresariais pela Universidade del Museo Social Argentino.

INFORMES

O Índice de Preços ao Consumidor (Custo de Vida)-Teresina, calculado sistematicamente pela Fundação CEPRO e que toma como base estrutural as famílias teresinenses com rendimentos compreendidos no intervalo de 0,5 a 10 salários mínimos, registrou em dezembro de 2000, um crescimento de 0,51%. O percentual acumulado no ano de 2000 é de 6,99%. A pesquisa constatou que o Grupo Transportes e Comunicações foi responsável pela alta observada tanto da variação mensal como do índice anual. Neste Grupo é avaliado o preço da gasolina, álcool, transporte público, dentre outros, os quais acumularem em 2000, uma elevação do índice calculado na ordem de 39,03%, 34,36% e 13,33%, respectivamente.

O custo da Cesta Básica, também calculado e divulgado pela Fundação Cepro para o mês de dezembro de 2000 foi de R\$ 81,32, registrando uma queda em relação ao mês anterior de 1,51%.

(Fonte: Fundação CEPRO)

Foi lançado recentemente em Fortaleza-CE o livro *Federalismo Fiscal e Transformações Recentes no Ceará*, editado por Edições INESP. Organizado pelo professor Jair do Amaral Filho, o livro conta com dois capítulos escritos respectivamente pelos professores Almir Bittencourt do DECON/UFPI e Washington Bonfim do Departamento de Ciências Sociais/UFPI.

O artigo *A Formação de Clubes de Convergência na Economia Mundial*, escrito pelo professor Almir Bittencourt em colaboração com um professor da UFC, foi selecionado para apresentação no XXVIII Encontro Nacional da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Economia - ANPEC, que se realizou no mês de dezembro/2000 em Campinas, Estado de São Paulo. O artigo pode ser lido on line no site: www.anpec.org.br

RELAÇÕES ENTRE NECESSIDADES E DECISÕES DE CONSUMO

LAURÉNCIA FERNANDA DE O.G. COSTA*

O ser humano é, antes de tudo, um ser constituído de necessidades. Necessita de comer, abrigar-se, vestir-se, comunicar-se, ser feliz e realizar-se. No entanto, diferentemente do animal, o homem é parte de um mundo cultural e, além de atender às necessidades naturais, ele também atende àquelas ligadas ao sentido da vida em sociedade.

Existem diferentes abordagens acerca da origem e evolução das necessidades e suas relações com as decisões de consumo. Obviamente, tais abordagens são produtos sociais e, como tais, devem ser analisadas em sua historicidade "uma vez que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações da realidade, têm que ser vistas na sua limitação histórica" (Löwy, p.15).

Abordaremos, a seguir, a visão de alguns economistas e de um sociólogo acerca das relações entre consumo e necessidade.

Carl Menger, economista neoclássico e fundador da Escola Austríaca de Economia, escreveu em seus *Princípios de Economia Política* (1871), que a origem das necessidades está na própria natureza humana, e a demanda de uma pessoa corresponde à quantidade de bens que esta necessita para atender suas necessidades.

Para Menger, o grau de civilização leva à determinação da previdência, ou seja, o planejamento da provisão de necessidades futuras. Nesse planejamento percebe-se que as pessoas levam em conta a possibilidade de evolução das necessidades e, do ponto de vista econômico, estas podem ser quantitativamente determináveis.

Norbet Elias, sociólogo contemporâneo, ao escrever o livro *A sociedade de Corte*, procurou abordar no capítulo intitulado "O sistema de Despesas", a existência de um sistema social de ordens e valores que regem as decisões de consumo dos indivíduos e dos grupos.

Ao analisar a sociedade francesa, particularmente do período de Luís XIV, Elias verificou que a burguesia procurava manter um equilíbrio entre receitas e despesas, consumindo abaixo do nível das receitas, com vistas à acumulação de capital. Diferentemente, a nobreza adequava suas despesas exclusivamente à posição social, ou seja, era preciso gastar para ter prestígio, sob pena de renunciar ao convívio com seus semelhantes, de deixar de pertencer ao grupo enquanto tal.

Comparando a sociedade de corte às sociedades industriais evoluídas, Elias observa que a evolução e a mudança de valores tornou o consumo de prestígio mais privado. Ele deixou de ser responsável pela exclusão dos mecanismos de poder e não tem mais o caráter imperativo.

Observa-se que, no que concerne à metodologia das duas análises feitas acima, Menger realiza uma explanação de caráter geral, enquanto Elias trata especificamente de uma sociedade de corte no século XVII. Este procura mostrar "em cada acontecimento, gesto individual ou intuição, uma parcela do todo, a vida em sociedade, caracterizada por ser um tecido de relações em que não há sobre-determinação" (Miceli).

O consumo para Menger, está relacionado ao atendimento das necessidades naturais dos indivíduos. Para Elias, como ele é criado pela sociedade, relaciona-se diretamente à necessidade de sobrevivência social de cada grupo. Menger, porém, não descarta a existência das necessidades sociais, só não as vê como um imperativo de sobrevivência.

Vinte anos depois da publicação de Menger, em 1890, Alfred Marshall, também economista neoclássico, publicou *Princípios de Economia*, onde desenvolve a idéia de que, nos estágios mais avançados da civilização, são as novas atividades que criam novas necessidades.

Marshall considera, assim como Menger, a existência de necessidades naturais. No entanto, afirma que, à medida que aumenta o grau de civilização do homem, suas necessidades diversificam-se. O consumo passa, então, a variar de acordo com a época, classe, sexo, lugar e hábitos. Assim, quando os gastos ultrapassam os limites das causas naturais, e as necessidades convencionais são maiores, é mais para atender a desejos de ostentação, do que para satisfazer os próprios sentidos.

Necessidade e consumo continuaram sendo abordados nas obras de vários economistas. Em 1983, numa edição revista e atualizada pelo próprio John Kenneth Galbraith, de *O Novo Estado Industrial*, o autor afirma ser o produto quem cria as necessidades.

Galbraith parte da análise dos fluxos de instruções que ocorrem na sociedade. A teoria ortodoxa supõe

que existia um fluxo de instruções numa só direção: do indivíduo para o mercado e deste para o produtor. Haveria, portanto, a soberania do consumidor. Esta é a chamada *Seqüência Aceita* que, para o autor, só predomina onde ainda existe o sistema de mercado, ou seja, fora do sistema de planejamento.

Segundo Galbraith, "a noção de o consumidor distribuir sua renda a ponto de maximizar as satisfações que se originam dele próprio e de seu ambiente" - pressuposto da seqüência aceita - "não era inapropriada numa fase anterior do desenvolvimento econômico". Os produtores "não se encontravam sob a compulsão de planejar e, portanto, não precisavam recorrer à persuasão - controlar a demanda" (Galbraith").

No entanto, na era do sistema de planejamento, esse fluxo de instruções se inverte. Galbraith o denomina de *Seqüência Revista*, onde o produtor procura moldar o comportamento do consumidor, acomodando-o às suas necessidades e aos objetivos da tecnologia.

Na prática, a crença na seqüência aceita, coloca os consumidores numa posição passiva diante do controle das grandes corporações. Galbraith tenta, assim, desmistificar a doutrina neoclássica, seus princípios e pressupostos liberais. Ao contrário do que diziam os neoclássicos, o sistema econômico não é caracterizado pela "concorrência perfeita", sendo necessárias medidas reguladoras que restringam o controle sobre o consumidor.

Como foi dito no início desse artigo, o homem possui necessidades naturais, necessidades essas ligadas à sua sobrevivência biológica, e o consumo inicia-se no sentido de satisfazê-las; daí a importância que Marshall também atribui a estas e que deve ser ressaltado.

Não existe uma organização hierárquica quando se trata de necessidades, uma vez que estão relacionadas a situações diversas. Assim como Norbert Elias, podemos concluir que é a cultura que norteia a forma como o atendimento destas necessidades - o consumo - se realizará ●

* LAURÉNCIA FERNANDA DE O.G. COSTA é aluna do curso de Economia da Universidade Federal da Bahia

AGENDA 21 BRASILEIRA*

JAIRA MARIA ALCOBAÇA GOMES **

No sentido genérico, "Agenda" é intenção, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização em que predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações no próximo século.

A AGENDA 21 Global é um programa de ação, resultante das contribuições de governos e instituições da sociedade civil de 179 países num processo preparatório que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, conhecida como ECO-92.

Esse programa tem como objetivo promover mundialmente um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, através de um processo participativo que analisa a situação atual de um país, Estado, município e/ou região numa abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional, e planeja o futuro de forma sustentável.

O planejamento da AGENDA 21 GLOBAL envolveu distintos atores sociais na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para sua solução a curto, médio e longo prazos. Esse esforço de planejar o futuro contribuirá para gerar produtos concretos, exequíveis e mensuráveis derivados de compromissos pactuados entre todos os atores, garantindo a sustentabilidade dos resultados.

Dentro dos princípios da Agenda 21 Global insere-se a Agenda 21 Brasileira com o objetivo de definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o País, a partir de um processo de articulação e parceria entre governo e a sociedade, respeitando as particularidades brasileiras.

Para atingir tal objetivo o Governo criou por Decreto Presidencial de 26/02/1997 a Comissão de Políticas de Desenvol-

vimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional - CPDS. Composta pelos Ministérios do Meio Ambiente, Planejamento, da Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Câmara de Políticas Sociais; Fórum Brasileiro das Ongs e Movimentos Sociais; Instituto Nacional de Altos Estudos, Fundação Movimento Onda Azul; Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e Universidade Federal de Minas Gerais.

A metodologia de construção da Agenda 21 Brasileira, aprovada pela CPDS, incorpora a abordagem multissetorial da realidade brasileira, estabelecimento de parcerias, entendendo que a Agenda 21 não é um documento do governo, mas um produto de consenso entre os diversos setores da sociedade brasileira.

Foram estabelecidos seis eixos temáticos visando abranger a complexa realidade brasileira:

1. Agricultura Sustentável
2. Cidades Sustentáveis
3. Infra-estrutura e Integração Regional
4. Gestão dos Recursos Naturais
5. Redução das Desigualdades Sociais
6. Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável

Para cada um desses temas, produziu-se um documento que serviu de base para elaboração do documento síntese, Agenda 21- Bases para Discussão, contendo as estratégias e ações que estão sendo objeto dos debates estaduais, que dão continuidade ao processo de construção da agenda.

O debate sobre a Agenda 21 Brasileira no Estado do Piauí foi realizado em Teresina, no dia 26 de setembro, através dos parceiros locais: Banco do Nordeste, Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e SUDENE, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente. Estiveram presentes várias entidades governamentais e não-governamentais e representantes da sociedade civil.

Durante o debate, a sociedade piauiense sugeriu inclusões, reformulações e exclusões nas es-

tratégias e ações do documento Agenda 21-Bases para Discussão, produzindo um documento de relatoria, e pactuou-se, entre os diferentes atores envolvidos, os compromissos para sua implementação.

As propostas do Estado do Piauí serão apresentadas no encontro regional, previsto para jan./fev./2001. Os encontros regionais têm como objetivo definir um documento que expresse os resultados da região, e que permitirão a conclusão do documento da Agenda 21 Brasileira.

A implementação da Agenda 21 passa pela construção da AGENDA 21 LOCAL como um processo participativo multissetorial de construção de um programa de ação estratégico dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local, aglutinando os vários grupos sociais na promoção de uma série de atividades no nível local, que impliquem em mudanças no atual padrão de desenvolvimento, integrando as dimensões sócio-econômicas, político-institucionais, culturais e ambientais da sustentabilidade.

Eis nosso desafio, construir a AGENDA 21 LOCAL! A nossa proposta reside em percorrermos os 221 municípios piauienses, para que juntamente com as comunidades locais discutamos suas necessidades e soluções na busca da redução das desigualdades sociais, consequentemente do desenvolvimento sustentável do Piauí ●

* Todas as informações desse artigo foram extraídas do site www.mma.gov.br/port/se/agen21, capturadas em 05.09.00.

** JAIRA MARIA ALCOBAÇA GOMES é professora do DECON/UFPI, Pesquisadora TROPEN/UFPI e Doutora em Economia Aplicada ESALQ/USP.

CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFPI: VISÃO DE UM ALUNO

JAMES DEAN PAZ LIMA*

SERIA INTERESSANTE SE CADA ALUNO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TIVESSE UM CONTATO MAIS APROFUNDADO COM QUALQUER TIPO DE INFORMAÇÃO QUE PUDESSE CARACTERIZAR MELHOR O QUE NOSSO CURSO OFERECE. ESSE É, SEM DÚVIDA, UM ASPECTO PURAMENTE DE INTERESSE DO ESTUDANTE QUE PRETENDE INGRESSAR EM UMA FACULDADE.

O ESTUDANTE ENCONTRA-SE DIANTE DE UMA DUPLA ESCOLHA QUANDO PREFERE O CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS COMO O CURSO UNIVERSITÁRIO QUE PREENCHERÁ SUA VIDA PROFISSIONAL. DE UM LADO, EXISTE A ÂNSIA DE POSSUIR UM DIPLOMA QUE O POSSIBILITARÁ INGRESSAR NA CARREIRA DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO ATRAVÉS DE CONCURSO. QUANDO ISSO OCORRE, NA MAIORIA DAS VEZES, O ALUNO NÃO DÁ A IMPORTÂNCIA NECESSÁRIA QUE O CURSO MERECE. SEGUINDO ESTA MESMA DIREÇÃO, MUITOS ACREDITAM QUE AS EMPRESAS PRIVADAS DARÃO OPORTUNIDADES IGUAIS AOS ALUNOS QUE "LEVAM O CURSO COM A BARRIGA". TRISTE ILUSÃO. DO OUTRO LADO, EXISTE A POSSIBILIDADE DE INGRESSAR EM UM CURSO QUE OFERECE BAIXA CONCORRÊNCIA, EXISTINDO AÍ A ALTERNATIVA DE TAIS ALUNOS DEPARAREM-SE COM ALGO QUE NÃO OS COMPLETA, SOBRANDO, POIS, APENAS UMA ESPÉCIE DE "DESMOTIVAÇÃO ACADÊMICA". TAL DESMOTIVAÇÃO TERMINA POR INFLUENCIAR NEGATIVAMENTE, O ENGAJAMENTO DO ALUNO NO CURSO. É CLARO QUE MUITOS QUE OPTAM POR UM DESSES LADOS TERMINAM SENDO SEDUZIDOS E SE INTERESSAM PELO CURSO DE ECONOMIA. EIS QUE SURGEM AS EXCEÇÕES EM UNIÃO COM ALGUNS POUCOS CASOS QUE ENCONTRAM O CAMINHO CORRETO.

SE OS LEITORES CONCORDAREM COMIGO E ACHAREM ESTA UMA QUESTÃO RELEVANTE, OU MESMO GRAVÍSSIMA, PODEM SE PERGUNTAR PELO SALDO DE TAL PROBLEMA. A RESPOSTA SERIA A FORMAÇÃO DE UMA MASSA DESMOTIVADA E DESCOMPRO-

MISSADA COM O CURSO, O QUE BAIXA O NÍVEL CONSIDERAVELMENTE. PROFISSIONAIS INCOMPETENTES, DESPROVIDOS DA MÍNIMA INFORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA SAIRÃO NO MERCADO AGRADANDO OS CONCORRENTES E DESAGRADANDO SUA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

COMO RESOLVER O PROBLEMA? PARA SIMPLIFICAR O ENTENDIMENTO, PODEMOS DIZER QUE O PROBLEMA É A CONCORRÊNCIA. JOGUEMOS, ENTÃO O PROBLEMA "NAS COSTAS" DA CONCORRÊNCIA. O QUE UMA ALTA CONCORRÊNCIA SUGERE. BOAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO? BOA QUALIDADE EDUCACIONAL? DISCIPLINAS EXTREMAMENTE RELACIONADOS COM O CONTEXTO DA VIDA REAL? VALORIZAÇÃO É A PALAVRA. A VALORIZAÇÃO DE NOSSO CURSO PODE SER ALCANÇADA ATRAVÉS DO AUMENTO DA CONCORRÊNCIA NO VESTIBULAR. E ESSA VALORIZAÇÃO PODE SER CONSEGUIDA ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO FORNECIDA PELA UNIVERSIDADE. MUITOS NÃO SABEM SEQUER ONDE UM PROFISSIONAL DE ECONOMIA PODE ATUAR, QUAIS SEUS POTENCIAIS E QUAL A IMPORTÂNCIA DELE NO MERCADO DE TRABALHO.

ALGUÉM JÁ TEVE NOTÍCIA SOBRE ALGUMA COMISSÃO VIAJANDO A NÍVEIS MICROLOCALIZACIONAIS OBJETIVANDO A DIVULGAÇÃO DO CURSO? JÁ TIVERAM A CHANCE DE VER ALGUM GRUPO DE ALUNOS COMPROMISSADOS REALIZANDO PALESTRAS QUE DIVULGUEM EM ESCOLAS A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE ECONOMIA PARA O MUNDO? CARTAZES MODERNOS, ATUALIZADOS E INFORMATIVOS FORAM VISTOS EM EMPRESAS PRIVADAS E PÚBLICAS EXPRESSANDO A IMPORTÂNCIA DO ECONOMISTA PARA PROGRAMAS DE ESTÁGIO E CONTRATAÇÃO? EXISTEM INFORMATIVOS SOBRE O CONTEÚDO DE NOSSAS DISCIPLINAS DIRIGIDOS À UM DETERMINADO PÚBLICO ALVO? PESQUISAS PERIÓDICAS SÃO REALIZADAS COM INTUITO DE CONHECER AS NECESSIDADES DO MERCADO DE TRABALHO, VISANDO, ASSIM

ASSIM, UMA CONSTANTE ADEQUAÇÃO DE NOSSO CURSO AO MESMO? REUNIÕES ENTRE CENTRO ACADÊMICO, DEPARTAMENTO, COORDENAÇÃO DO CURSO E ALUNOS SÃO REALIZADAS NO SENTIDO DE DEFINIR METAS E INFLUÊNCIAS POSITIVAS? O QUE PRECISAMOS É DE COOPERAÇÃO. LEMBREMOS, TAMBÉM, QUE A DESMOTIVAÇÃO É UM VÍRUS QUE SE ALASTRA CONTAMINANDO TODO O SISTEMA. NENHUM PROFESSOR IRÁ SENTIR MOTIVAÇÃO AO DEPARAR-SE COM ALUNOS QUE NÃO SE COMPROMETEM, BEM COMO NENHUM ALUNO SENTIRÁ O VERDADEIRO VALOR DA VITÓRIA, CASO TENHA QUE ASSISTIR AULAS COM PROFESSORES SEM IDEAIS ACADÊMICOS.

FRASES COMO "ESCOLHI ESSE CURSO POR CAUSA DA BAIXA CONCORRÊNCIA", "EU QUERIA MESMO ERA DIREITO" OU "ISSO AQUI NÃO É O QUE PENSEI" DEVEM SER EXTINTAS. A NOSSA MAIOR ARMA É O INTERESSE. DEVEMOS DEMONSTRÁ-LO EM TUDO QUE FAZEMOS, NÃO POR HIPOCRISIA, MAS POR VONTADE REAL. PORTANTO, VOCÊ, ESTUDANTE QUE ESTÁ DESMOTIVADO, VOCÊ QUE ESCOLHEU O CURSO ALEATORIAMENTE OU VOCÊ QUE PENSA EM DESISTIR OU MUDAR DE CURSO, ABRA OS OLHOS, SAIA DESSA INÉRCIA E DESCUBRA QUE VOCÊ PODE SER UM PROFISSIONAL CAPACITADO NUMA DAS ÁREAS DE MAIOR ASCENSÃO NO MUNDO INTEIRO. DESPEJEMOS NOSSAS MOEDAS DENTRO DE NOSSAS CONCHAS E USEMOS NOSSO AZUL AO MENOS DENTRO DE NOSSOS CORAÇÕES ●

* JAMES DEAN PAZ LIMA É ALUNO DO CURSO DE ECONOMIA/UFPI

EXAME NACIONAL DE CURSOS - PROVÃO/2000: O CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - TERESINA

JAÍRA MARIA ALCOBAÇA GOMES*

O Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI) - Teresina obteve conceito A no Exame Nacional de Cursos (ENC) - Provão/2000, evoluindo em média 12,7% em relação ao conceito B obtido no ano de 1999.

As informações contidas no Relatório da Instituição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação (MEC) são vastas e possibilitam várias análises avaliativas do ensino-aprendizagem do Curso de Economia, contribuindo para um maior rigor na identificação de nossas deficiências, apesar de toda a complexidade que envolve a escolha de parâmetros para se avaliar a qualidade de um curso de graduação.

Destacamos, na tabela 1, informações gerais** sobre desempenho dos nossos alunos, considerando as estatísticas das notas padronizadas dos graduandos (Média Brasil = 500 e Desvio Padrão Brasil = 100). O número de graduandos presentes foi de vinte dois e 100% responderam a prova no ENC/2000.

Tabela 1. Desempenho dos graduandos de Economia da UFPI - Teresina no Provão/2000.

Resultado	Estatísticas das Notas Padronizadas				
	Presentes	Média	Desvio	Mínimo	Máximo
Geral					
Brasil	8.303	500,0	100,0	299,0	954,1
Região	1.412	486,8	88,0	299,0	865,0
Instituição	22	575,8	85,2	430,8	806,8
Prova de múltipla escolha					
Brasil	8.303	500,0	100,0	234,5	983,9
Região	1.412	493,1	89,1	234,5	868,1
Instituição	22	553,4	83,4	422,1	824,9
Prova Discursiva					
Brasil	8.303	500,0	100,0	398,7	918,5
Região	1.412	483,4	90,2	398,7	824,0
Instituição	22	582,0	91,8	398,7	729,6

Fonte: Relatório da Instituição (2000)

Cabe ressaltar que o percentual de nossos alunos nos grupos delimitados pelos P25, P50 e P75 da distribuição de notas - Brasil foram de 0% (0-25), 9,1% (25-50), 27,3% (50-75) e 63,6% (75-100) em 2000. Todas as estatísticas divulgadas mostraram o excelente desempenho dos alunos e não podemos deixar que nossas deficiências, em grande parte já conhecidas, obscureçam o mérito do conceito A e do trabalho conjunto do corpo discente e docente que buscam um ensino de qualidade e comprometido com a realidade social

Vamos comemorar e continuar trabalhando com responsabilidade para consolidamos esse conceito no Provão/2000!

* JAÍRA MARIA ALCOBAÇA GOMES é coordenadora do Curso de Ciências Econômicas/UFPI, Pesquisadora do TROPEN/UFPI e Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ/USP

** Maiores informações consultar o *site* de inep.gov.br.

EXPEDIENTE

INFORME ECONÔMICO

ANO 5 - Nº 11 - JANEIRO DE 2001

EDITADO PELO DECON/UFPI

JORNALISTA RESPONSÁVEL: GUSTAVO FORTES

SAID - Reg. Prof. 802 DRT-PI

COORDENAÇÃO: ECON. ENOISA VERAS - DECON

CONSELHO EDITORIAL: PROFESSORES/DECON:

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE, FRANCISCO HEITOR

LEÃO DA ROCHA E SAMUEL COSTA FILHO

PROJETO GRÁFICO: PROFA. ELMIRA SIMEÃO

DEPTº DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI

DIGITAÇÃO/REVISÃO: PAULO CÉSAR ARAÚJO

PROGRAMAÇÃO VISUAL: ENOISA VERAS

TIRAGEM: 1500 EXEMPLARES

IMPRESSÃO: GRÁFICA-UFPI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CCHL

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CAMPUS ININGA - TERESINA-PI

CEP: 64.049-550

FONE: (0xx86) 215-5788/5789/5790

FAX: (0xx86) 215-5697

HOME PAGE: www.ufpi.br/~ceco